

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**COOPERATIVISMO E ASSENTAMENTO RURAL NA
PERCEPÇÃO DO USO COLETIVO E INDIVIDUAL DA
TERRA MEDIANTE METODOLOGIA Q: O CASO DE
CHARQUEADAS - RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mauricio Santalucia

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**COOPERATIVISMO E ASSENTAMENTO RURAL NA
PERCEPÇÃO DO USO COLETIVO E INDIVIDUAL DA TERRA
MEDIANTE METODOLOGIA Q: O CASO DE
CHARQUEADAS**

por

Mauricio Santalucia

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Orientador: Professor Dr. Pedro de Hegedüs

Santa Maria, RS, Brasil

2006

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**COOPERATIVISMO E ASSENTAMENTO RURAL NA PERCEPÇÃO
DO USO COLETIVO E INDIVIDUAL DA TERRA MEDIANTE
METODOLOGIA Q: O CASO DE CHARQUEADAS - RS**

elaborada por
Mauricio Santalucia

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Ond Pedro de Hegedüs Hetzel
(Presidente/Orientador)
Universidade da República - Uruguay

Dr. Hugo Aníbal Gonzalez Vela
(Co-orientador)
Universidade Federal de Santa Maria – Brasil

Dr^a. Erica Karnopp
Universidade de Santa Cruz do Sul - Brasil

Santa Maria, 19 de junho de 2006.

AGRADECIMENTOS

Obrigado Senhor por tudo de edificante que me permitiste.

Aos meus pais (in memoriam) pelo muito que se sacrificaram demonstrando-me caminhos em todos bons sentidos.

Aos meus irmãos sempre solícitos em poderem me ajudar.

A UFSM, Universidade pública e gratuita que me acolheu como uma verdadeira “segunda casa”.

Aos professores e funcionários desta instituição, do curso de Pós Graduação em Extensão Rural.

Em especial aos professores Hugo Vela e Pedro de Hegedüs pela oportunidade que me propiciaram.

Aos amigos, colegas, assentados de Charqueadas, a todos, que de alguma forma contribuíram para que este trabalho pudesse ser concluído e aos que no decorrer de minha vida agregaram para mim experiências, exemplos e aprendizados, para toda minha existência.

Oportunidade é muito mais que uma simples palavra, todos sem exceção a necessitamos e precisamos vivenciá-la, quando a temos bem utilizar-se dela, espero que possa eu aprendê-la e propiciá-la a outros que dela necessitarem, como estes que assim o permitiram a mim.

“... Grandes revoluções acontecem
lentamente, silenciosamente...”
(G. Arantes)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

COOPERATIVISMO E ASSENTAMENTO RURAL NA PERCEPÇÃO DO USO COLETIVO E INDIVIDUAL DA TERRA MEDIANTE METODOLOGIA Q: O CASO DE CHARQUEADAS

Autor: Mauricio Santalucia
Orientador: Pedro de Hegedüs
Local e Data da Defesa: Santa Maria, 19 de junho de 2006.

O cooperativismo praticado nas CPA (Cooperativas de Produção Agropecuária) estimuladas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra), onde a posse da terra e a organização da produção estão sob controle da cooperativa, representa um modelo de assentamento pouco praticado, e com o passar dos anos as CPAs existentes enfrentaram conflitos como desagregações e divisões no quadro de associados, com uma parcela preferindo trabalhar individualmente. O objetivo desta pesquisa é analisar a subjetividade dos assentados no município de Charqueadas - RS, que estão divididos entre dois grupos: i) os que produzem coletivamente em uma CPA e ii) os atuais individuais que preferiram sair da mesma. A idéia foi saber o ponto de vista destes grupos sobre o modelo coletivo e individualizado de produção da terra. Para isso empregando a metodologia Q, a qual combina técnicas qualitativas como entrevistas em profundidade com informantes qualificados e técnicas quantitativas como as análises estatísticas do tipo fatorial sobre os dados. Na execução da metodologia foram entrevistados informantes qualificados de onde foram selecionadas as 41 afirmações mais importantes, apresentadas a uma amostra de 40 assentados, divididos entre 20 que estão no coletivo e 20 que passaram a trabalhar individualmente. As 41 afirmações foram classificadas de acordo com sua importância em uma grade pré-estabelecida e suas respostas foram analisadas e interpretadas mediante um programa estatístico especial de software chamado PCQ. Os resultados da análise fatorial mostram que 5 fatores emergiram: i) um fator totalmente favorável ao modo de trabalho individual, e ii) quatro fatores favoráveis ao modo de trabalho coletivo, mas com diferenças entre estes. Neste sentido, um fator totalmente favorável ao modo de trabalho coletivo e os outros três fatores coletivos, porém com críticas ao modelo. Pelas afirmações selecionadas, para o grupo do fator favorável ao trabalho individual a experiência na CPA foi um engano. Para os outros 4 grupos favoráveis ao trabalho coletivo, 1 totalmente pró-coletivo está muito satisfeito pela organização e conquistas adquiridas, e outros 3 grupos apresentam críticas e ressalvas ao coletivismo. O grupo favorável ao trabalho individual e o grupo totalmente pró-coletivo selecionaram as mesmas afirmações, porém selecionadas completamente inversas sobre as que mais concordam e mais discordam. Foi constatado nos outros 3 grupos favoráveis ao coletivo que existem insatisfações em alguns aspectos no funcionamento da CPA e que poderiam ser melhorados como: i) maior solidariedade entre membros, ii) sobre decisões, alguns consideraram que as vezes ocorrem processos de induções e centralização na administração, e iii) um incentivo a produtividade.

Palavras-chaves: CPA, MST, metodologia Q, trabalho coletivo, trabalho individual.

ABSTRACT

Dissertation of Master's Degree
Course of Masters Degree in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

RURAL COOPERATIVISM AND SETTLEMENTS IN THE PERCEPTION OF COLLECTIVE AND INDIVIDUAL USE OF LAND THROUGH Q METHODOLOGY: THE CASE OF CHARQUEADAS

Author: Mauricio Santalucia

Adviser: Dr. Pedro de Hegedüs

Place and Date of the Defense: Santa Maria, June 19th of 2006.

The cooperativism executed in the CPA (Land-production Cooperatives), stimulated by the MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Movement of Landless Workers), where possession of land and production are under the control of the cooperative, represents a model which is scarcely employed and, throughout the years these CPAs presented internal conflicts among some of its members, that preferred to work individually. The goal of this research is to analyze the subjectivity of rural settlement members located in the county of Charqueadas (RS), divided in two groups: i) those that are working under the integral perspective, (CPA) and ii) those who choose to work individually. The idea was to know the general point of view of these groups in relation to the individual and collective use of land. For this, we used the Q methodology that combines qualitative techniques such as in-depth interviews and qualified informers and quantitative techniques such as factorial statistical analyses of data. In the implementation of the methodology people were interviewed as qualified informers, where the most important set of 41 statements were selected and presented to 40 members of the rural settlement, divided between 20 from the integral model (CPA) and 20 from the individual model. The 41 statements were classified according to their importance in a pre-determined table and the data was analyzed and interpreted using a special statistical software program called PCQ. The results of the factorial analysis show that 5 factors emerged: i) one factor completely in favor of the individual approach, and ii) four factors in favor of collective approaches, with differences among them. In this sense, one factor was completely pro collective, and three factors were pro collective but with criticism to the model. According to the affirmations, the pro individual group believes the CPA experience was a mistake. For the other 4 pro collective groups, 1 of them was satisfied with the organization, and the other 3 groups demonstrated criticism and safeguard to collective model. The pro collective group and the pro individual group selected the same statements but were ranked inversely. It was also observed that in the other three collective groups there were insatisfactions in some aspects of the functioning of the CPA and that improvements could be made in these areas: i) solidarity among members, ii) inducement and centralization in the decision making process, and iii) encouragement to productivity.

Keywords: CPA, MST, q methodology, collective work, individual work.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada com informantes qualificados

APÊNDICE B – Afirmações apresentadas aos entrevistados para classificação em grade

APÊNDICE C – Grade de classificação Metodologia Q apresentado aos entrevistados

APÊNDICE D – Caracterização do entrevistado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 O Problema e Sua Importância.....	12
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1 Problemas em assentamentos.....	15
2.2 Breve Comentário Sobre Cooperação e Origem do Cooperativismo...	18
2.3 O MST, Cooperação e CPAs.....	20
3. METODOLOGIA.....	27
3.1 Metodologia na Pesquisa de Campo.....	27
3.2 Q e Seus Antecedentes Conceituais.....	29
3.3 Q no Marco de Uma Pesquisa.....	31
3.4 Passos Para Aplicar Q.....	32
4. HISTÓRICO, ASSENTADOS INDIVIDUAIS E COPAC ATUALMENTE.....	39
4.1 Histórico da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA (COPAC).....	39
4.2 Assentados Individuais que Saíram da COPAC.....	42
4.3 COPAC Atualmente.....	43
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	48
5.1 A Amostra Dirigida.....	48
5.2 Resultados e Discussões da Metodologia Q.....	50
5.2.1 GRUPO 1: “Assentados favoráveis ao modo de trabalho individual no assentamento”.....	51
5.2.1.1 Discussões do Grupo 1.....	53
5.2.2 GRUPO 2: “Assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo no assentamento”.....	56
5.2.2.1 Discussões do Grupo 2.....	58
5.2.3 GRUPO 3 “Assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém com ressalvas”.....	60
5.2.3.1 Discussões do Grupo 3.....	62

5.2.4 GRUPO 4.1 “Assentados favoráveis ao modo de produção coletivo, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta”.....	64
5.2.4.1 Discussões do Grupo 4.1.....	66
5.2.5 GRUPO 4.2 “Assentados favoráveis ao modo de produção coletivo, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta”.....	68
5.2.5.1 Discussões do Grupo 4.2.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78
8. APÊNDICES.....	82

1. INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais no Brasil, em sua grande maioria, são constituídos por lotes individuais, com área estimada a partir da definição de módulo regional, ficando as famílias praticamente sozinhas para se desenvolverem em uma situação econômica desfavorável de escassos recursos e tendência de queda dos preços agrícolas.

Ao mesmo tempo, uma insuficiência ou ausência dos serviços oferecidos pelas esferas governamentais, as políticas agrícolas (estímulo e apoio à produção) também podem contribuir para uma inviabilização ou restrição da agricultura familiar, notadamente dos assentamentos rurais.

Assim, vários assentamentos no país apresentam problemas estruturais (ausência de casas, energia elétrica, água, atendimento de saúde, acesso), deficiência de assistência técnica, evasão rural conduzindo a venda irregular de lotes, dependência de créditos contínuos e problemas na comercialização. Sendo um dos grandes problemas da reforma agrária o desenvolvimento e a emancipação dos assentamentos rurais.

A prática da cooperação agrícola é uma ferramenta que poderia beneficiar e resolver alguns problemas, como baixo desenvolvimento e dependência que acompanham vários assentamentos. A resposta poderia estar nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), estimuladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda (COPAC). Assentamento onde a posse da terra e a organização da produção estão sob controle da Cooperativa, fundada e gerida pelos seus sócios.

Este modelo propiciou a aquisição de diversas instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas, acumulando um considerável patrimônio para a COPAC e revertendo em benefícios aos seus associados. Porém esta experiência de cooperativismo, também é marcada por situações de conflitos e desagregações no quadro associado com uma parcela preferindo sua retirada desta prática coletiva.

Este Estudo de Caso analisa o ponto de vista do Assentamento 30 de Maio, trazendo as percepções e a subjetividade dos assentados sobre os modelos coletivos e individuais de exploração da terra, utilizando para isso da metodologia Q.

Desta forma, o presente estudo consta de 8 Capítulos.

Neste primeiro Capítulo o tema é apresentado na introdução, com, finalidade, problemas, local do estudo, importância e objetivos.

O Capítulo 2 apresenta Revisão Bibliográfica.

O Capítulo 3 apresenta a metodologia Q, utilizada neste Estudo de Caso, apresentando como foi aplicada e uma explicação teórica da mesma.

No Capítulo 4 foi apresentado um histórico do assentamento, uma caracterização dos assentados individuais e da COPAC atualmente.

No Capítulo 5 são apresentados os Resultados com as Discussões dos fatores emergidos pela metodologia.

O Capítulo 6 traz as Considerações Finais.

No 7 estão as Referências Bibliográficas secundadas pelos Apêndices.

1.1 O Problema e Sua Importância

Reforma agrária no Brasil é um assunto polêmico que desperta muitas opiniões e críticas, principalmente políticas. Além de um recrudescimento de conflitos no campo com assassinatos e ocupações ou invasões dependendo do ponto-de-vista das partes diretamente envolvidas, problemas como ausência de infra-estrutura, abandono da terra, venda irregular de lotes, assentamentos dependentes de incentivos e investimentos contínuos, são apontados como graves entraves para viabilizar a reforma agrária no Brasil.

Uma das controvérsias sobre reforma agrária que inclusive envolve ideologias e discussões, diz respeito à política do Governo Federal, sobre se este deve aumentar ou diminuir os recursos a serem investidos para assentar produtores

rurais, recursos estes públicos, que podem ajudar a melhorar as condições para famílias assentadas.

O modelo de cooperativismo praticado nas CPAs poderia resolver o problema do baixo desenvolvimento e dependência que acompanham vários assentamentos brasileiros pela ausência de políticas governamentais, podendo se consistir em exemplo para futuros assentamentos. Esta sinergia de soma de esforços dos assentados possibilitou as CPAs o acúmulo de um considerável patrimônio para a Cooperativa, que seria muito difícil individualmente alcançar. No entanto este é um modelo pouco usual, segundo dados levantados junto a Superintendência Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SR-11), subdivisão do INCRA, com sede em Porto Alegre, no ano de 2003, o Estado contava com 287 Projetos de Assentamentos, com cerca de 11.246 famílias, assentadas em uma área de 249.175 ha. Mas, conforme a Cooperativa Central de Assentamentos de Reforma Agrária – COCEARGS, ligada ao MST, o Estado Gaúcho apresenta atualmente somente cerca de 7 assentamentos onde houve uma opção das famílias assentadas de trabalhar a terra coletivamente em uma mesma área, com o estabelecimento de Cooperativas, as chamadas CPAs que estão localizadas nas cidades de Pontão, Piratini, Tapes, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Santa Maria e Charqueadas.

Além de ser um modelo de assentamento pouco praticado, as CPAs existentes, com o passar dos anos enfrentaram variados conflitos e problemas, algumas não citadas aqui se extinguiram, outras se dividiram, resultando em uma desagregação no quadro de associados originais com uma parcela considerável que preferiu “começar do zero” explorando um lote individual enquanto outra parcela preferiu continuar coletivamente.

Neste contexto, a presente pesquisa procura analisar o ponto de vista dos assentados no município de Charqueadas, que estão divididos entre os sócios da COPAC, estes coletivos, e os atuais individuais que preferiram sair do modelo anterior da mesma cooperativa, trazendo suas percepções, a subjetividade humana e as representações sociais que englobam uma rede de idéias que envolvem o entorno psico-social e o domínio afetivo sobre o modelo coletivo e o modelo individualizado de produção da terra. Os resultados buscam contribuir para a

melhoria e o aperfeiçoamento dos modelos através das perspectivas criadas pelos próprios assentados.

A presente construção científica pretende contribuir com as informações até então inexistentes na forma de avaliação em assentamentos rurais, fazendo emergir a subjetividade dos mesmos, como motivações ou opiniões. Para se alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, se utiliza o método estudo de caso, com análises de dados realizadas mediante análises estatísticas do tipo fatorial pela metodologia Q.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

a) Conhecer as percepções dos assentados sobre o modelo individual (familiar) e alternativo (exploração coletiva) do Assentamento 30 de Maio, localizado em Charqueadas – RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o Assentamento 30 de Maio, localizado em Charqueadas -RS
- b) Conhecer e analisar os motivos que levaram assentados da COPAC a desistirem do trabalho coletivo e optarem pelo individual, bem como descobrir as razões que motivam a permanência dos atuais associados, utilizando a metodologia Q;

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Problemas em Assentamentos

Neste início de século XXI, o Brasil apresenta-se em crise, devido as transformações econômicas que reduzem os recursos disponíveis e à necessidade de mão-de-obra, somadas a uma histórica desigualdade social, as quais potencializam os conflitos em sociedade.

Ao mesmo tempo, também, ocorreram falhas ou insuficiência em ações operacionais da parte governamental para resolver problemas em assentamentos, se constituindo em um dos grandes problemas da reforma agrária o desenvolvimento dos assentamentos transformando-os em unidades econômicas viáveis.

De acordo com o Estatuto da Terra, os dois principais instrumentos de intervenção do Estado na agricultura são a reforma agrária e as políticas de desenvolvimento rural.

Para Brasil (1964, p. 18) “Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Este é o conceito estabelecido pelo Estatuto da Terra, no § 1º, do seu artigo 1º, conceito que caracteriza a modificação da estrutura fundiária, com a finalidade de corrigir distorções. Silva (1971) considerou reforma agrária um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos na sociedade.

Bergamasco e Cabello (1996) definem os assentamentos rurais como novas unidades de produção agrícola, implementadas por meio de políticas governamentais que visam ao reordenamento do uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. O seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de

condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Dados informados pelo INCRA (2002), mostram que ao ser assentado, o produtor recebe um crédito, como estímulo para o agricultor iniciar a produção agrícola, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Grupo A (PRONAF-A), no valor de R\$13.500,00 de uma só vez para cada família e mais R\$ 3.500,00 como Auxílio Moradia. O colono só devolve 60% do que pegou, saindo o restante a título de fundo perdido. Tendo o assentado 20 anos para pagar, com três anos de carência, sendo as prestações “a perder de vista”.

O referido órgão informou também, que a estimativa média de gasto do governo, para cada produtor assentado estava em R\$ 40.000,00, sendo este, um índice nacional.

Poucos assuntos têm despertado tanta paixão quanto às questões envolvendo a Reforma Agrária no Brasil. As opiniões são divergentes, tanto, quanto os interesses dos atores que o compõem. Para alguns é desnecessária e insustentável; outros defendem que a eliminação do poder do latifúndio é indispensável para consolidar a democracia e reduzir a pobreza rural; para outros, ainda, a reforma agrária é uma política compensatória aos problemas decorrentes ao intenso êxodo rural ocorrido em décadas passadas.

Sparovek (2003) enfatiza o fato de alguns milhares de brasileiros verem uma opção de vida em assentamentos, nos quais, sob um ponto de vista consensual, as condições de vida são precárias (faltam escolas, casas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, atendimento de saúde e transporte) e as ações operacionais do governo para resolver esses problemas têm sido pouco eficientes. Ainda, o autor destaca que a inclusão de áreas de baixa aptidão edáfica ou climática, ou a localização de projetos em regiões onde há fortes restrições de mercado, acesso, entorno, vizinhança, crédito ou assistência técnica podem retardar ou inviabilizar o desenvolvimento do assentamento.

Outro ponto levantado pelo mesmo autor é o fato de áreas que não se desenvolvem por não atingirem sua autonomia, sofrem de restrições permanentes, não alteráveis com manejo ou investimentos ficam dependentes de incentivos e

contínuos investimentos, tais como cesta básica e créditos produtivos. Outra consequência pode ser o insucesso completo, ou a reversão da intervenção fundiária com abandono de lotes ou aglutinação, voltando a instalação de sistemas extensivos no local.

Conforme Sant'anna (2003), sem assistência e sem serviços públicos nos assentamentos, muitas famílias abandonam ou vendem seus lotes. A média de evasão no País chega a 29,7%. Segundo o autor, nos oito anos do governo Fernando Henrique, foram investidos o equivalente a R\$ 20 bilhões em reforma agrária.

Dados das Superintendências Regionais do Incra distribuídas pelo país mostram que o atual modelo possui muitas falhas. Relatório enviado pelo presidente do Incra revela que, só há assistência técnica em 47% dos 5.925 assentamentos existentes em todo o país, onde estão 524 mil famílias. Vital para qualquer atividade, o abastecimento de água, somente existe em 7,7% deles. Isso significa que 483 mil famílias foram assentadas no campo e sequer têm água encanada para trabalhar (Campbell, 2003).

Segundo informe do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (1999), os principais fatores que atuaram negativamente no desenvolvimento dos sistemas produtivos, foram: as limitantes condições do quadro natural, a falta e/ou péssima condição das estradas internas e de acesso aos assentamentos, dificultando ou impedindo o escoamento da produção e a relação com os mercados locais; a falta ou ineficiência de assistência técnica e a quase total inexistência de organização produtiva dos assentados. Da mesma forma, o nível de qualidade de vida também foi afetado (de forma negativa) pela baixa capacidade de organização política dos assentados e o reduzido apoio institucional que estes assentamentos receberam.

Conforme estudos produzidos no âmbito do convênio de cooperação técnica INCRA/FAO por solicitação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (2001), realizados em 22 estados do país, em 59 assentamentos rurais criados entre 1985 e 1995, pelo Governo Federal, existe uma tendência à redução da evasão em assentamentos onde se constituem laços fortes de sociabilidade, quer pela antiguidade da vida em comum, quer pela forte presença organizativa de instituições

que buscavam se constituir como referência para os assentados. O referido informe aponta para a hipótese de que as formas de sociabilidade desenvolvidas podem ser cruciais para a explicação das permanências e das saídas.

Um dos grandes problemas da reforma agrária é tornar os assentamentos economicamente viáveis, o que melhoraria as condições de vida no campo. A agricultura cada vez mais mecanizada exige grandes investimentos tecnológicos para garantir níveis altos de produtividade. No Brasil, as culturas voltadas para a exportação, como laranja, soja e cana-de-açúcar, vêm apresentando crescimento, enquanto algumas das que são destinadas ao mercado interno estão estagnadas, ou em queda. Essas transformações têm forte impacto sobre as pequenas propriedades rurais e dificultam o desenvolvimento dos assentamentos, onde a atividade agrícola tende a permanecer no nível de subsistência.

Uma das soluções mais viáveis para o desenvolvimento dos assentamentos tem sido a formação de cooperativas; elas permitem a compra conjunta de implementos agrícolas, animais, insumos e o estabelecimento de pequenas agroindústrias que podem transformar-se em fontes complementares de renda.

Abramovay (1998 apud MELGAREJO, 2000, p. 36.) ao focar o desenvolvimento rural brasileiro cita que ao se constituir ações cooperativas, estas são capazes de valorizar o conjunto do ambiente, convertendo-o em base para inovações enriquecedoras do tecido social e potencializadoras do capital humano. Neste sentido, o maior desafio imposto à reforma agrária, decisivo para sua eficácia, seria o de capacitar a população a assumir condição de protagonista, na construção do próprio desenvolvimento.

2.2 Breve Comentário Sobre Cooperação e Origem do Cooperativismo

Em Pinho (1966) a palavra cooperação etimologicamente significa a prestação de auxílio para um fim comum (sua origem remonta ao verbo latino cooperari, de cum e operari = operar juntamente com alguém).

E sob o ponto de vista sociológico a cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.

Para Zamberlan & Froncheti (1992) a cooperação como uma determinada forma de organização de trabalho é encontrada em todas as formas sociais, modo de produção comunal primitivo, escravista, capitalista e socialista.

Sabe-se que a cooperação é um processo social que acompanha a história da evolução da espécie humana na face da Terra e propiciou o desenvolvimento de civilizações.

Conforme Gediel (2001) o cooperativismo é um movimento fruto de um processo que não surge da noite para o dia, mas o marco considerado é a Fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra, em 21 de dezembro de 1844, durante o período conhecido como Revolução Industrial. Constituiu-se em uma cooperativa de consumo idealizada para oferecer aos associados artigos de primeira necessidade e outros serviços de ordem econômico-social, uma alternativa encontrada por trabalhadores à ganância capitalista, que na época submetia crianças e mulheres a jornadas de até 16 horas de trabalho.

Segundo MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (1998) o cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, com uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Tendo valores de ajuda mútua e igualdade de direitos e deveres como o cerne desse movimento que se expandiu pelo mundo através dos tempos e em diferentes campos da atividade humana.

E define cooperativa como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazerem aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma sociedade democrática e coletiva que busca satisfazer além da necessidade de consumo por um bem ou serviço, também a necessidade social e educativa.

Para ele o cooperativismo objetiva o desenvolvimento do ser humano, das famílias e da comunidade em um contexto mundial, onde predomina a miséria da maioria da população, sendo um instrumento acessível para as camadas mais pobres da população modificarem sua realidade.

2.3 O MST, Cooperação e CPAs

Conforme Silveira (2003) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu a partir de ocupações de terras ocorridas em 1979, principalmente na região Sul, embora formalmente constituído em 1984 como um movimento nacional, durante o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado no município de Cascavel, estado do Paraná. Segundo Souza (1999 apud SILVEIRA, 2003, p.70.) as primeiras ações foram mediadas por religiosos envolvidos com a Teologia da Libertação. Segundo Navarro (1996) estes religiosos envolveram os primeiros militantes no nascente MST. Pereira (2000 apud SILVEIRA, 2003, p.97.) cita que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada a Igreja Católica, orientava famílias com base “na simplicidade” incentivando enquanto fiéis a viverem unidos, repartindo os frutos de seu trabalho, conforme a necessidade de cada um, uma contraposição às influencias da sociedade moderna.

E a CPT constituiu-se em uma grande força ideológica de atuação a favor da reforma agrária, abrindo espaço para a organização do MST.

Para ele o MST tentava introduzir “valores coletivistas”, apresentando como forma de organização ideal a cooperativa de produção agropecuária, por meio da coletivização da terra e meios de produção, procurando alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista.

Zimmermann (1989 apud SILVEIRA, 2003, p.159.) cita que nos primeiros anos de formação do MST o trabalho coletivo era apenas uma proposta concretizada em algumas associações, formadas por um pequeno grupo de famílias e influenciadas pelo espírito de solidariedade ressaltado por mediadores religiosos. Estes viam o trabalho coletivo como alternativa mais viável para os assentados. A autora relata que a motivação para trabalhar em grupo estava presente entre assentados, desde o acampamento, quando era debatida a organização da produção e quando buscavam atender aos critérios de seleção instituídos pelo INCRA. E que no assentamento, um crédito especial recebido também induzia à formação de grupos.

Conforme Brenneisen (2003 apud SILVEIRA, 2003, p.120.) o cooperativismo no MST desenvolveu-se com base em preocupação da direção com a viabilidade econômica dos assentamentos instalados a partir do final da década de 80. Tendo também motivações políticas e ideológicas. O cooperativismo transformaria a “ideologia camponesa”, substituindo o “meu” pelo “nosso”, auxiliando a compreensão sobre o mundo e para a “transformação da sociedade”.

Em Zimmerman (1989 apud SILVEIRA, 2003, p.161.) a preocupação pela viabilidade econômica e social dos assentamentos era uma preocupação tanto para os representantes do MST quanto para os assentados, que ambos tinham conhecimentos da conjuntura político-econômico que dificultava o desenvolvimento produtivo nos assentamentos. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram condições desfavoráveis. E os representantes do MST cientes das dificuldades propuseram a organização em grupos coletivos como forma de acumular forças para a “transformação da sociedade” e como solução de problemas dos assentados.

O MST tinha como origem à conquista da terra como eixo central. A questão da produção somente começa a surgir como preocupação, anos mais tarde, passando por processos de amadurecimento e experiências que começam a vicejar em pequenos grupos e associações isolados dentro do movimento. Destas experiências e de longos debates surgidos em seminários organizados para discutir a organização econômica dos assentados, culmina, em 1989/90 a necessidade de se criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

O SCA é um setor do MST, corresponde ao setor de Produção e Comercialização do MST e tem como função conscientizar todos os assentados para ingressarem na cooperação agrícola, independente das formas de cooperação, para resistir aos impactos das políticas dos governos. O importante não é a forma, mas o ato de cooperar, massificando a cooperação entre os assentados (CONCRAB, 2003).

Souza (1999 apud SILVEIRA, 2003, p.75.) cita que o SCA surgiu como resultado de necessidades práticas desenvolvidas nas áreas de assentamento, ocorrendo logo após a implementação dos Laboratórios Organizacionais de Campo

(LOC), experiência educativa que deveria propiciar o desenvolvimento da cooperação agrícola.

O Sistema vem a ser constituído por três formas principais de cooperativas: Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e as Cooperativas de Crédito.

Em 1991, foi constituída a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), com sede na cidade de Porto Alegre, com finalidade de representar e organizar assentamentos do estado, buscar linhas de crédito, articular assistência técnica e política dos assentados, organizar a produção e a agroindustrialização e incentivar a cooperação.

A partir das centrais estaduais, neste sentido, para estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos Assentamentos, em suas várias formas, o MST criou a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária (CONCRAB) em 1992, articulando todas as cooperativas em nível nacional.

A luta pela terra é por si só uma experiência de cooperação. No sentido de que os Sem Terra tiveram que se juntar e se organizar para lutar pelo seu pedaço de terra. Mas a cooperação agrícola propriamente dita começa quando são conquistadas as primeiras áreas vindo com estas o desafio de viabilizar a produção (CONCRAB, 2003).

Para Silveira (2003) a direção do MST, ao propor modelos organizacionais, buscava também assegurar sua presença e influencia nestes espaços.

Segundo Souza (1999 apud SILVEIRA, 2003, p.75.) a CONCRAB foi criada com os objetivos: de articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo do desenvolvimento agropecuário das cooperativas estaduais e dos assentamentos; de organizar uma escola técnica para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; de viabilizar atividades de exportação e importação e de representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e, também, internacionais; e de articulação com outras confederações de cooperativas agrícolas.

Preconizam que seu cooperativismo deve, além de organizar, conscientizar sua base para contribuir na transformação da sociedade.

Para eles além do modelo de cooperativismo que o MST se propõe a construir ser diferente, também preconiza uma autonomia de organização e representação, não reconhecendo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) como única representante de todas as cooperativas, sendo oposição a esta.

As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), são regidas pela legislação cooperativista brasileira, a terra permanece sob controle do Coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Em quase todas as CPA's, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo que a passa para o controle da cooperativa. Os trabalhadores são os donos, mas pode haver a titulação em nome da CPA. A produção é social, os donos trabalham e repartem as sobras entre si conforme o trabalho aportado de cada um (CONCRAB, 1998).

Conforme Pereira (2000 apud SILVEIRA, 2003, p.99.) a orientação do MST em assentamentos rurais era no sentido da criação de CPAs, tendo por justificativa, além de constituir uma “base de ideal socialista” no campo, uma forma de buscar a agroindustrialização da produção primária, se utilizando para isso em alguns casos a técnica denominada laboratório organizacional de campo (LOC), com o objetivo de facilitar a organização coletiva nos assentamentos. Em D`Aquino (1994, apud SILVEIRA, 2003, p.99) os LOC foram utilizados em um assentamento para que o grupo atingisse uma forma de organização mais produtiva, mudando o comportamento ideológico de tipo “individualista” para uma “consciência organizativa empresarial”. Mas, o estudo evidenciou que o consenso obtido pelo laboratório de campo funcionou por pouco tempo. Após dois anos de sucesso da experiência da cooperativa, houve cisão do grupo, tendo se dissolvido.

Conforme Silveira (2003) a organização de uma CPA buscava implementar a agroindustrialização da produção por meio de uma estrutura empresarial com base na exploração racional das atividades, estabelecimento de cargos e competências funcionais, sob um sistema administrativo de disciplina, controle e execução do trabalho. Com a divisão técnica do trabalho, através da setorização da produção, criava-se a necessidade de uma especialização para o desenvolvimento das atividades. A posse da terra era definida como coletiva, bem como o trabalho nos

setores de produção, visando se alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista. Por conseqüência, traria uma melhoria das condições de vida aos assentados.

Para Pereira (2000, apud SILVEIRA, 2003, p.98.) o MST considerava as CPAs também como “sementes” da estruturação de uma nova sociedade socialista.

Segundo Lenz (2002) as CPAs são um sistema de cooperação integral, não só de produção cooperativada, além da vida produtiva as demais atividades associativas são realizadas coletivamente. A terra não é dividida em lotes, mas fica sob o domínio da cooperativa, ainda que o sócio possa receber o título de propriedade de um lote. Ocorrendo nesses casos, conforme normas do MST, o repasse dos lotes em comodato, e sem ônus para a cooperativa, ou seja, sem pagamento de renda pelo uso do lote. O sócio não recebe salário da cooperativa, pois ele é seu dono, investe nela seu capital (em forma de quotas-partes) e seu trabalho e divide com seus companheiros os frutos do trabalho coletivo. Cada associado é livre para entrar na cooperativa ou para sair dela, recebendo as suas quotas-partes e o lote de terra. São decididos em comum sobre a parcela de terra a ser mantida individual, no geral pequena para evitar que o sócio tire horas do coletivo para ocupar-se do seu lote individual.

Para o autor o controle do trabalho na produção coletiva, constitui um dos maiores problemas dos coletivos. Geralmente o critério básico na participação nos resultados é o trabalho realizado por cada associado na atividade coletiva.

Conforme Scariot (2003), nos dias atuais, a remuneração do trabalho nas CPAs obedece ao critério das horas-trabalhadas, ou sua capacidade de trabalho, para ele é um critério bastante controverso de difícil controle e, muitas vezes, geradores de conflitos e desagregação social.

Bonamigo (2002), estudando uma das CPAs, em Pontão – RS relata que nesse espaço de sociabilidade se desenvolveram novas relações, que extrapolaram as relações estabelecidas no trabalho. O trabalho cooperativo permitiu uma agregação a informações, conhecimentos, convivência e melhores condições para viver.

Um estudo de Vela (1994), sobre os primeiros resultados da produção agrícola em 5 assentamentos do MST no RS, mostrou que os resultados da cooperação e do cooperativismo organizado pelo Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), na associação de pessoas com fins econômicos buscando o bem estar social foi de vital importância para o desenvolvimento desses grupos e que esses pequenos agricultores organizados, especialmente os cooperativados são os que terão maior facilidade de produzir e comercializar seus produtos.

Os assentamentos que as famílias optaram por trabalhar a terra coletivamente no Rio Grande do Sul fazem parte de um universo de cerca de 6 mil assentamentos no Brasil, que apesar das dificuldades iniciais, similar em todos os acampamentos e assentamentos sem-terra, pelos seus dados de produção e infraestrutura atual, pode ser considerado uma experiência acima da média em termos de reforma agrária no Brasil. Praticando um modelo muito pouco usual, com assentados trabalhando coletivamente a terra e estabelecendo Cooperativas, com produção, comercialização e auto-gestão pelas próprias pessoas que realizaram a conquista da terra.

Alguns países, ao longo da história, implantaram reformas agrárias radicais, com processos de coletivização, como China, Cuba, a antiga URSS e o México. Conforme a Redação da Folha de São Paulo (2003), a experiência mexicana se baseou na criação de propriedades comunais (ejidos), cujas terras não podiam ser vendidas pelos trabalhadores responsáveis por sua exploração. Porém em 1992, o governo revogou o dispositivo que impedia a venda das terras, como condição para o ingresso do país no NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Acordo de Livre Comércio Norte-Americano). Cerca de 50 milhões de hectares foram transferidos aos camponeses. A terra voltou a se concentrar, porque os lavradores endividados vendiam seus lotes. Esse processo contribuiu para a eclosão da revolta de Chiapas, em 1994.

Para Silva (1987) no Brasil, apesar de estar previsto em lei que, o assentamento dos beneficiários pode adotar diferentes formas de posse e exploração da terra, desde a divisão em lotes individuais de propriedade privada até a de apropriação coletiva com atividade comunitária e ainda passando por soluções

mistas, o INCRA faz opção prévia e não discutida, especialmente com os próprios beneficiários, pela solução de dividir o imóvel em parcelas individuais iguais, com área estimada a partir da definição de módulo regional, ficando o assentado rural praticamente sozinho para viabilizar o seu desenvolvimento. Em oposição, alguns assentamentos adotam a posse e uso coletivo da terra com o estabelecimento de Cooperativas.

Para Zimmerman (1989 apud SILVEIRA, 2003, p.55.) o modelo coletivo em assentamentos foi o reforçado na prática, no estado do Rio Grande do Sul, quando estes estavam sendo estabelecidos.

Freire (2005) afirma que em maior, ou menor grau, o INCRA, corroborou com a proposta coletivista, que não raras vezes, acabou por promover justamente o contrario do que previa, uma desagregação social. Com a maioria das CPAs anteriormente estabelecidas, estarem quase todas desfeitas, com as restantes apresentando menos associados e algumas com graves problemas financeiros.

Assim, a questão agrária é hoje uma polêmica, em vista dos freqüentes conflitos no campo, envolvendo os mais variados interesses e ideologias, sendo diretamente influenciada pelas variáveis e diferentes políticas públicas que a regulam.

3. METODOLOGIA

3.1 Metodologia na Pesquisa de Campo

A presente dissertação constitui-se em um estudo de caso realizado no município de Charqueadas – RS, mais especificamente em um assentamento do MST, que pratica dois modelos de exploração da terra, uma coletiva estabelecida em uma cooperativa, e também em outro grupo, do mesmo assentamento, que hoje trabalha individualmente. A metodologia utilizada neste estudo de caso foi a denominada “metodologia Q” que combina análise qualitativa (entrevistas em profundidade) e análise quantitativa (análises estatísticas do tipo fatorial).

Para Roese (1998) estudo de caso é um método que permite que se obtenha grande quantidade de informações qualitativas e quantitativas de um único caso. Yin (1992), acrescenta que estudo de caso é um método adequado para fazer avaliações devido a que permite: ter em conta o contexto; utilizar informação qualitativa ou quantitativa; avaliar resultados, tanto esperados como não esperados, e também o processo; formar novas hipóteses, e desenvolver novas idéias generalizáveis a campos científicos do conhecimento.

Foram feitas duas visitas ao assentamento, a primeira para se colher depoimentos e afirmações por meio de entrevistas semi-estruturadas e obter dados sobre o assentamento a partir de fontes primárias, também pela observação pessoal e fontes secundárias através de dados existentes. A segunda visita foi para a aplicação de tarjetas com afirmações selecionadas, apresentadas para uma amostra de assentados na metodologia Q, para se fazer à classificação das mesmas em uma grade previamente estabelecida.

A técnica requereu instrumentos para ser aplicada como: i) pauta de perguntas para informantes qualificados para desenvolver o universo de idéias e crenças sobre o assunto e ii) uma grade para anotar as respostas da amostra Q selecionada.

As diferentes etapas da técnica (metodologia Q) são: 1) desenvolver o universo de idéias e crenças mediante entrevistas semi-estruturadas a um conjunto de informantes qualificados (tamanho do conjunto: 10 pessoas), 2) elaboração de

afirmações mais importantes em formato de tarjetas a partir do universo desenvolvido na etapa anterior, 3) aplicação das tarjetas a uma amostra Q de 40 pessoas do assentamento selecionado para sua seleção de acordo com a importância das mesmas, e 4) análise das respostas mediante pacote estatístico de análise fatorial.

Pesquisa de campo tem dois momentos: i) entrevistas semi-estruturadas a informantes qualificados e ii) aplicar tarjetas a uma amostra Q de pessoas.

Inicialmente foram selecionados 10 informantes privilegiados, selecionados entre técnicos do INCRA (2), professor universitário que trabalha com a temática da agricultura familiar (1), dirigente do MST (1), assentados que praticam modelo coletivo de exploração (3) e assentados que optaram por se retirar deste modelo (3), estes foram submetidos a entrevistas semi-estruturadas em profundidade sobre assuntos e problemática ligada aos assentamentos coletivos, durante os meses de maio a junho de 2005. Após, se procedeu à transcrição de todas estas entrevistas gravadas de onde foram retiradas afirmações, selecionadas para efeito de cálculo estatístico em 41 afirmações mais importantes para posteriormente serem apresentadas em forma de tarjetas ou fichas a uma amostra de 40 assentados no total, divididos entre 20 assentados que permanecem no assentamento coletivo, e outros 20 assentados que preferiram sair do assentamento e da cooperativa produzindo individualmente, todos em Charqueadas. As 41 tarjetas ou fichas selecionadas foram apresentadas aos assentados que a classificaram de acordo com sua importância em uma grade pré-estabelecida (figura 1). Esta apresentação de afirmações foi desenvolvida durante o mês de fevereiro de 2006.

MENOS CONCORDO		→ INDIFERENTE ←					MAIS CONCORDO	
-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4

Figura 1: Grade de classificação Metodologia Q

De posse das classificações feitas individualmente pelos 40 produtores, estas respostas foram analisadas mediante pacote estatístico de análise fatorial.

3.2 Q e Seus Antecedentes Conceituais

A metodologia Q foi desenvolvida em 1934 pelo físico e psicólogo inglês William Stephenson (estudante de Charles Spearman, famoso estatístico que inventou a análise fatorial). Q está desenhado especialmente para estudar a subjetividade humana. A subjetividade pode ser entendida como o campo afetivo, composto pelos sentimentos, as motivações, as atitudes, as crenças, e as opiniões que as pessoas desenvolvem. Estes elementos se articulam para conformar um sistema através do qual as pessoas analisam o mundo e tomam suas decisões. (Bloom, *et. al.*, 1964). É este sistema, o que Q quer fazer “emergir” para que seja visível. E é neste particular campo onde Q tem vantagens sobre os métodos tradicionais (enquetes com perguntas preestabelecidas, Estudos de Caso estritamente qualitativos), porque representa uma metodologia com um mínimo de intervenção de “estranhos”, de forma que os riscos afetarem inconscientemente os resultados com a carga de valores desses “estranhos” se reduz.

Porque este campo do domínio afetivo é particularmente importante? O desenvolvimento das capacidades humanas, para que as pessoas possam influenciar seu próprio futuro na direção que entendam mais favorável a seus interesses, representa um dos objetivos básicos para atingir na atualidade (Oakley, P. e Clayton, A., 2000). As pessoas necessitam desenvolver seu próprio potencial para que os resultados sejam duradouros.

Organizações como o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) assinala que a “pobreza em geral e a pobreza rural em particular deve ser concebida como um processo em que os seres humanos apresentam e desenvolvem padrões sociais e de comportamento, os quais servem de guia a suas ações e relações dentro e fora de seus lares e dentro e fora de suas comunidades, portanto a pobreza é também uma atitude de vida. Este aspecto está relacionado com a percepção que os campesinos pobres tem de si mesmos, frente a

comunidade local , a sociedade rural e o país em seu conjunto. Estas percepções influem na natureza dos processos produtivos e reprodutivos da família, suas estratégias de sobrevivência e suas relações com outros camponeses pobres e não pobres, a comunidade e a trama social do mundo rural que os circunda. O conhecer o “entorno psico-emocional” do camponês pobre, suas percepções e aspirações pessoais e familiares influi no possível êxito ou fracasso dos programas de redução da pobreza e de desenvolvimento rural, se é que estas “visões” são ou não incorporadas no desenho e na execução de programas para populações rurais pobres” (Quijandria, *et alii*, 2000, p. 19).

A única maneira de conhecer realmente essas visões, esse entorno psico-emocional (ou seja, a subjetividade, domínio afetivo ou em representações sociais) é a partir do ponto de vista das pessoas diretamente envolvidas nos processos. As visões se desenvolvem desde o ponto de vista das pessoas, respeitando suas próprias palavras, e nos mostram como as mesmas percebem o mundo desde “sua” realidade, com seus olhos, seu coração e sua mente.

Como Q torna visível esta dimensão afetiva? Aqui há uma característica essencial da metodologia. Q trata de entender o ponto de vista holístico da pessoa, e como essa visão “casa” com a de outras pessoas. Neste sentido Q é uma metodologia de análise sistêmica. Considera a pessoa como uma totalidade; não reduz a análise a determinadas características.

É necessário advertir que sistemático e sistêmico - adjetivos que provêm de sistema - possuem diferentes conotações (Hegedüs e Morales, 1996). Ambos apresentam em comum a valorização da perspectiva holística, quer dizer, de que as partes pertencem a uma totalidade maior e que desenvolvem mecanismos de interação entre si. Para a visão sistemática, a totalidade é igual às partes que a compõem. É dizer que se pode entender o todo através das partes. Para a visão sistêmica, a totalidade é diferente das partes que a compõem (a molécula de água é diferente aos átomos que a compõem). Isto significa que existem propriedades emergentes, não das partes isoladas, se não da totalidade organizada (sistema) que são as que originam a diferença antes assinalada. Estas propriedades não emergem

se reduzimos o todo as partes que o conformam. Portanto não se pode entender o todo desde as partes.

A subjetividade de uma pessoa pode ser entendida como um sistema complexo formado por atitudes, crenças, e valores. A complexidade significa que há elementos desse sistema que podem não se conhecer, e que há relações entre os mesmos que se ignoram. Adicionalmente, nenhum destes elementos podem entender-se, se são considerados em forma isolada dos outros. Q permite tornar visível estes elementos e as relações que entre eles existem através da classificação que cada pessoa efetua. Não são características isoladas as que emergem, é o “todo” organizado, com um significado que é específico a essa pessoa. E que pode interpretar-se porque não é uma característica isolada a que tratamos, é o todo.

3.3 Q no Marco de Uma Pesquisa

Utilizar-se-á uma abordagem que considera os níveis de estratégia geral (paradigma), método, técnica e instrumentos. A coerência nestes diferentes níveis marca a qualidade da pesquisa.

Q se localiza no campo do paradigma qualitativo. Segundo Niremborg et al (2000, p. 82) a pesquisa qualitativa se caracteriza entre outros por privilegiar:

- i) o entender (mais que o explicar);
- ii) o ponto de vista dos atores (mais que o dos pesquisadores); e
- iii) a captação e compreensão de atitudes, condutas, valores e motivações internas (mais que os aspectos “objetivos”, observáveis, facilmente medíveis).

A Utilização de Q não significa que se adere a um paradigma em particular (o qualitativo) por considerá-lo superior (ao quantitativo). O debate entre qualitativo e quantitativo está superado na atualidade; a tendência é integrar ambas perspectivas (Niremborg et al, 2000, p. 85; Bamberg, 2000, p. 99). A integração se faz tradicionalmente utilizando diferentes métodos e técnicas. Aqui é em Q mesmo que se integram ambas tradições, atuando Q como uma ponte que une o melhor de ambas tradições.

O método ao qual se associa Q é Estudo de Caso (EC). Para Roese (1998) estudo de caso é um método que permite que se obtenha grande quantidade de informações de um único caso. Para Yin (1991) *apud* Roese (1998), o estudo de caso procuraria responder questões do tipo, como e por que, ou seja, o investigador já tem uma boa idéia geral do que está acontecendo, ele já sabe quais decisões são tomadas, e quer saber como e por que elas são tomadas. As amostras Q de pessoas são amostras de pequeno tamanho. A seleção de pessoas se realiza por motivos teóricos (as pessoas são eleitas porque podem aportar valiosa informação) ou por razões de conveniência (porque estão mais fácil disponíveis para a equipe avaliadora).

A técnica para a coleta e análise dos dados se chama metodologia Q. Em Q a coleta de informações tem um caráter qualitativo; a análise da mesma é quantitativa. Implica análise fatorial mediante um programa de software especialmente desenvolvido (PCQ for windows, versão 2000). Esta combinação inovadora é o que dá a Q uma excelência para analisar as subjetividades que existem no estudo de todo tipo de situações onde haja pessoas interagindo.

Para aplicar Q é necessário se utilizar instrumentos como: i) pauta de perguntas para informantes qualificados para desenvolver o universo de idéias e crenças sobre o assunto, ii) elaboração de afirmações em formato de tarjetas, e iii) uma grade para anotar as respostas da amostra Q selecionada.

3.4 Passos Para Aplicar Q

Passo 1: Ter uma situação apropriada para aplicar Q, isto significa, situações relacionadas ao campo do domínio afetivo das pessoas, para entender, desde o ponto de vista delas mesmas, em forma sistêmica e intrínseca ao indivíduo, a natureza dos fenômenos que se está avaliando. Por exemplo, porque as mulheres não estão participando de um determinado projeto? O trabalho de fortalecimento está desenvolvendo as mudanças de atitude requeridas? Que expectativas possuem a população do projeto? Quais são os principais problemas que vocês enfrentam? etc. Na realidade, não existe situações humanas onde não há presença de

subjetividades intervindo, e portanto Q é aplicável para fazer “emergir” estas subjetividades.

A metodologia Q permite saltar-se da lógica qualitativa a lógica quantitativa. Esta é a excelência de Q. A análise fatorial permite estabelecer para cada fator obtido o que se denomina aspectos característicos, que identificam especialmente a esse fator. Podendo extrapolar a população maior, e mediante uma enquete com amostra aleatória, identificar na população a importância de cada fator. Desta forma os resultados se generalizam e servem para efetuar avaliações de diferentes tipos

Passo 2: Realizar um conjunto de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, aplicando uma pauta de perguntas, a informantes qualificados. A pauta de perguntas está diretamente vinculada aos objetivos da avaliação. Por exemplo: i) Porque tu não participas em associações de agricultores?, ii) Que deveria ser feito para que tu participes?, etc. As entrevistas preferentemente são gravadas. O objetivo é construir o universo de idéias. A quantidade de entrevistas a ser realizada está entre 6 e 10 dependendo da situação. É fundamental incorporar as diferentes visões existentes, pessoas e/ou instituições. A duração de cada entrevista é de aproximadamente uma hora.

Passo 3: Das respostas obtidas se elabora o universo de idéias o qual se define como a “população de idéias, crenças, pensamentos” que existem em relação com o objetivo da pesquisa. Inclui também informações já existentes (de caráter secundário) como livros, artigos, vídeos, imagens de satélites, fotos, desenhos, etc. Podendo-se utilizar inclusive somente informações já existentes para fazer Q como qualquer objeto que culturalmente tenha um significado para a população pode utilizar-se, não somente textos escritos.

Obtido o universo de idéias busca-se entendê-lo analisar toda a informação, entender sua lógica por meio de um ordenamento que ajude a interpretar o fenômeno a avaliar. Para isso se procede a uma análise de conteúdo.

Passo 4: A partir do universo de idéias elaborado se extrai uma amostra dirigida de afirmações. Uma afirmação é uma sentença que expressa uma idéia, um pensamento, que se entende está relacionado com o objetivo da avaliação. A matriz permite identificar a amostra de afirmações. A seleção de afirmações, se bem que importante, não tem efeitos na análise fatorial e posterior interpretação. O significado que tentamos encontrar mediante Q não reside nas afirmações em si mesmo, se não na maneira como as pessoas classificam essas afirmações e as vinculam entre si (Stephenson, 1963).

É importante que a amostra Q de afirmações seja manejável em termos de tamanho: é difícil e toma tempo para quem responde, distinguir entre mais de 100 afirmações (Brown, 1980). As amostras tendem a tomar um valor entre 30 e 60, com o número exato em função do universo de idéias desenhado. Mais de 60 afirmações torna-se difícil de aplicar no caso de populações rurais, ainda mais se são produtores familiares, ou trabalhadores rurais, a clareza das afirmações é também importante, sobre tudo para respondentes de zonas rurais, que podem ter dificuldades com um código escrito que não seja familiar. Neste caso podem utilizar-se, como já foi dito, desenhos e outras expressões gráficas. Igualmente se procura respeitar o máximo possível as palavras reais utilizadas pelos informantes qualificados.

A amostra Q de afirmações também deve ser balanceada. O balanço tem que ver com que o entrevistado tenha igual oportunidade de reagir positiva ou negativamente às afirmações (Stephenson, 1953, pág.79). As afirmações são numeradas de forma aleatória.

Passo 5: Nesta etapa é elegida uma amostra dirigida de pessoas (amostra Q de pessoas) as quais se aplica o conjunto de afirmações (como se fosse um maço de cartas que são colocadas ao azar em uma mesa), para que a pessoa as classifiquem de acordo a sua importância, o que se denomina classificação Q. As tarjetas com as quais a pessoa está em maior acordo deve ser colocada no extremo positivo (+4). As tarjetas com as quais a pessoa está em menor acordo deve ser colocada no extremo negativo (-4). No meio são colocadas as tarjetas “neutras”. Isto constitui também uma entrevista semi-estruturada.

Passo 6: As respostas obtidas são analisadas com o procedimento estatístico denominado Análise Fatorial. Utiliza-se um programa de informática especial denominado PCQ for windows. Um fator é um cluster (conjunto) de pessoas cujas classificações Q de afirmações são similares. Quer dizer, possuem opiniões iguais. Cada fator representa um diferente tipo de opinião em relação ao objeto de pesquisa. O programa PCQ¹ trabalha com matrizes de correlações, e ainda que seja um número grande de matrizes (até 120 classificações Q podem entrar), o programa é rápido para “extrair” os fatores originais.

Sobre estes fatores originais, o estatístico aplica o que se denomina “rotação” desses fatores. Uma das formas de efetuar a rotação é mediante critérios que sejam relevantes para a avaliação. O estatístico analisa os efeitos da rotação que desenvolve na tela, onde os fatores aparecem como vetores. Em particular observa que as pessoas que “caem” em um fator, não estejam presentes em outros fatores. Isto é o que vai permitir a interpretação dos resultados.

O número de pessoas que conformam a amostra Q está em função do número dos fatores, se necessitando entre 6 a 8 pessoas correlacionadas a cada fator. Com a maioria das análises projetando entre 3 e 5 fatores em cada análise Q. O número total de pessoas que se necessita para satisfazer a amostra Q variam entre 18 (3 fatores, 6 pessoas/fator) e 40 (5 fatores, 8 pessoas/ fator). Em termos gerais o número de pessoas necessário para gerar fatores estáveis para a amostra Q se situa ao redor de 40 pessoas. Este número permite uma garantia razoável aproximada em todas as situações. Amostras maiores de 40 não são geralmente necessárias porque os fatores não vão se modificar.

Passo 7: Na continuação, e com base nos resultados obtidos se realiza a interpretação. A mesma pode ser em dois grandes planos: em relação com os objetivos do trabalho, e/ou em relação com teorias que ajudem a entender e explicar melhor os resultados (Russ-Eft e Preskill, 2001, p. 321).

No processo de interpretação se toma em conta:

¹ O avanço da informática e dos pacotes estatísticos é o que permitiu “redescobrir” as potencialidades de Q.

- A informação que provem das 5 perguntas que contem cada grade; as mesmas estão relacionadas com alguma hipóteses prévia (por exemplo, tamanho da propriedade pode afetar o nível de participação, nível de escolaridade).
- A informação que provem da “saída” do programa, em essência é: i) lista de fatores e pessoas que caem em cada fator (com as correlações de cada pessoa com respeito ao fator), e ii) para cada fator qual é o conjunto de afirmações que o compõem, ou seja o perfil médio de opinião que resume e caracteriza esse fator, com as pontuações recebidas (de + 4 a – 4 por exemplo)
- A informação que provêm de novas entrevistas que se efetuam com algumas das pessoas que realizaram a classificação Q, quer dizer, que estão na amostra Q de pessoas.

Basicamente, a interpretação em Q (a que provêm das saídas do programa) se efetua comparando cada fator: i) Quais são as afirmações extremas que ou definem a ambos extremos, e ii) quais são as afirmações que ou distinguem dos fatores restantes. Q permite saber para as afirmações extremas de cada fator, como são consideradas pelo resto dos fatores, quer dizer, que pontuações recebem. Ao analisar em conjunto toda esta informação se obtêm a interpretação Q.

Não termina aqui o trabalho de pesquisa. Deve-se considerar a última fonte de informação. Há que ter em conta as opiniões das pessoas que efetuaram a classificação Q. Desta forma se fecha o ciclo: partimos da realidade entrevistando as pessoas para construir o universo de idéias, e voltamos a elas de forma coerente para que nos ajudem na interpretação. Por isso opina-se que esta é uma verdadeira pesquisa participativa. Aqui a equipe pesquisadora realmente facilita o processo, não o condicionam. Dize-se, por isso que em Q há um mínimo de intervenção de “experts”.

Q permite reduzir a “subjetividade” na interpretação. O marco orientador que proporciona a análise fatorial facilita enormemente o trabalho de interpretação e esta é outra característica saliente de Q, em comparação com as abordagens tradicionais baseadas em técnicas qualitativas (estudos de caso).

Finalmente, se procede a colocação de nomes aos fatores. O programa designa os fatores com letras, A, B, C, D, etc. Finalizada a interpretação e em função dos objetivos da pesquisa, os fatores recebem nomes.

4. HISTÓRICO, ASSENTADOS INDIVIDUAIS E COPAC ATUALMENTE.

4.1 Histórico da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA (COPAC)

O Assentamento 30 de Maio, situado na cidade de Charqueadas (Região Centro Sul do Rio Grande do Sul, pertencendo à área metropolitana da Grande Porto Alegre, distando 50 quilômetros desta e 10 Km do município de Charqueadas), foi estabelecido entre Dezembro de 1990 e Janeiro de 1991, quando várias famílias, oriundas das Regiões das Missões e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul², que já haviam participado de ocupações e acampamentos em outros locais anteriormente³, com suporte do MST e da CPT, puderam se transferir para uma área de terra de 850 ha que pertencia a Secretaria da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e estava destinado para a construção de um presídio. Em 18 de Dezembro de 1990 foi firmado um acordo entre as Secretarias da Justiça e da Agricultura cedendo a área para fins de assentamento de famílias de colonos sem-terra.

A situação inicial destas famílias acampadas em barracas de lona preta, em área de mata de eucaliptos, era precária, e assim começam discussões sobre a forma de trabalho a ser feita neste assentamento que não possuía nenhuma benfeitoria. Foram formadas equipes de trabalho na lavoura, prestação de serviços e uma coordenação provisória. Posteriormente para regularizar as normas internas e comuns foi criado um regimento interno e Estatuto da associação.

² Os municípios de origem, identificados foram: Constantina, Ronda Alta, Salto do Jacuí, Três Passos, Sarandi, Planalto, Alpestre, Frederico Westphalen e Roque Gonzales.

³ Os participantes do Assentamento 30 de Maio citaram que começaram a participar de ocupações a partir do ano de 1987, nos municípios de Palmeira das Missões e São Nicolau, sendo posteriormente transferidos para outras áreas cedidas, em Caibaté e no mesmo município de Palmeira das Missões. Em 1988 os dois acampamentos são unificados pelo governo estadual em área provisória na cidade de São Miguel das Missões, onde ocorrem novas ocupações, sendo depois transferidos pelo governo do estado para área provisória em Tupanciretã, e depois Salto do Jacuí. Sentindo-se em condições de miséria e abandono, decidem por novas ocupações, realizando na fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, onde ocorrem intensos confrontos com a Brigada Militar, resultando em feridos e diversas prisões. Sucedem-se protestos, jejuns e mobilizações de Sem-Terra, acampados em frente à Secretaria da Agricultura do Estado. A partir daí iniciam-se negociações, sendo uma parte assentada, outra transferida para Canguçu. Sucedem-se ocupações e despejos em novas áreas, em agosto de 1989, nas cidades de Charqueadas, Capela de Santana e Butiá. E com a nova ocupação da fazenda Capela, em 1990, o futuro grupo que iria fundar a COPAC, reforça os laços de afinidade entre seus membros, sendo finalmente assentados em Charqueadas.

Em 9 de abril de 1991 foi registrada a Associação dos Trabalhadores Rurais 30 de Maio com a participação das 46 famílias como associadas.

Contando sempre com apoio do MST, em abril do mesmo ano foi realizado um laboratório Organizacional de Campo (LOC), com participação de 76 pessoas do assentamento. O LOC era um instrumento pedagógico utilizado pelo MST para auxiliar na formação da consciência de organização e criação de CPAs e contando com vários cursos englobando também as atividades produtivas, assessorados pela EMATER/RS.

Fruto desta LOC foi à definição da estrutura organizativa de funcionamento, definição do local da futura agrovila e a decisão da criação de uma empresa gerida pelos próprios assentados.

No dia 28 de julho de 1991 foi fundada e registrada a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA (COPAC), inicialmente com 65 associados, 45 famílias. Um dos assentados desde o início preferiu receber seu lote individual não participando da COPAC.

No primeiro ano de assentamento, são conseguidos créditos governamentais, como o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) e o FEAPER (Fundo Especial de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais), recursos todos investidos na produção, plantio de culturas como feijão, milho, aipim, batata-doce, melancia e horticultura, o suficiente para suprir as necessidades mínimas e iniciar uma comercialização direta nas feiras da cidade. São também adquiridas algumas vacas de leite, cujo excedente começou a ser comercializado “in natura” e posteriormente vendidos outros produtos como o queijo.

Além das vacas leiteiras, os assentados iniciam a criar suínos “tipo banha” para consumo, produção de mel e um plantio de cerca de 20 ha de arroz.

No segundo ano, são retiradas duas parcelas do PROCERA que somado a produção do ano anterior é investido em máquinas e implementos como trator e grade, instalações, animais, lavouras e iniciado a construção das primeiras casas de moradia da agrovila.

As hortaliças além de serem vendidas em feiras ou entregues diretamente a alguns consumidores, começam a ser entregues em um supermercado de Charqueadas e são construídas novas estufas no assentamento.

Com três anos de assentamentos, outras conquistas como estrutura para criação de animais (pocilgas, sala de ordenha, estufas), aquisição de mais animais (suínos e vacas de leite), mais dois tratores, colheitadeira para a cultura do arroz, estruturas para armazenamento da produção, construção de mais casas de moradia na agrovila (não havia mais ninguém em lonas pretas), refeitório comunitário em alvenaria, creche, escola em prédio de madeira, poço artesiano e instalações de energia elétrica, distribuídas em todas as casas.

Em 1995, melhorias continuam com construção da escola em alvenaria, a agrovila ganha um campo de futebol para lazer e várias melhorias nas estruturas produtivas.

Neste ano, a criação de suínos, que era em confinamento passou a ser ao ar livre.

No ano de 1996 é iniciada a construção da sala de ordenha tipo “espinha de peixe”, com financiamentos conseguidos junto ao PROCERA. No ano seguinte um duro revés na produção leiteira, com focos de animais tuberculosos, sendo abatidos vários animais e quebra na produção leiteira e desde então um rigoroso controle sanitário.

Neste mesmo ano o assentamento que já possuía uma diversificação na produção, começa a discutir sobre um projeto de posto de vendas no município, como alternativa para divulgar produtos da reforma agrária e escoar os produtos constantemente. Foram, então comprados dois terrenos na cidade. Dentro de uma discussão mais ampla, uma proposta de estabelecimento de um supermercado predomina sobre outras opiniões internas, e a COPAC com recursos próprios inicia uma montagem de supermercado, que recebeu em 1998 recursos do PROCERA para a construção do prédio e outros equipamentos, sendo o mesmo, de tamanho médio e inaugurado em 1999 com a presença do governador do RS.

Final de 2005 é inaugurado dentro das instalações um abatedouro de suínos e bovinos com câmara fria.

4.2 Assentados Individuais que Saíram da COPAC

A COPAC inicialmente estabelecida por 45 famílias e chegando a ter até 72 sócios, já em 1993, começa a enfrentar desistências de alguns integrantes iniciais, duas famílias se desligam da cooperativa levando seus direitos com seus lotes correspondentes e que passam a produzir individualmente.

Várias desistências ocorreram ao longo dos anos, pelos mais diversos motivos, atualmente está em 18 o número de famílias, que ajudaram a fundar a COPAC, que optaram por sair da cooperativa e produzir individualmente, diminuindo assim a área inicial do assentamento coletivo. Estas 18 famílias englobam uma população de 46 pessoas, com uma área individual variando entre 13 e 18,5 ha de terra individual. Apesar da desistência da COPAC, estes assentados também fazem parte do Assentamento 30 de Maio.

Estes ao saírem criaram duas associações de produtores, Associação 15 de Abril, englobando 12 famílias e a Associação 1º de Maio com 6 famílias. Associações estas que procuram atender projetos em comum, financiamentos do PRONAF, dívidas, máquinas, implementos e trabalhos na produção como o arroz e a piscicultura feitos em conjunto.

A produção destes pequenos agricultores é diversificada, tendo como atividades principais à bovinocultura de leite com venda de leite “in natura”, produção de queijos, ovos, suínos, embutidos, venda de peixes, arroz, hortaliças, aipim, batata-doce, frutas, milho e produtos para sua subsistência como o feijão.

A comercialização em sua maioria é feita nas feiras da cidade ou com entrega diretamente nas casas de alguns consumidores, como no caso do leite. O abate de seus bovinos está sendo feito no abatedouro recém implantado da COPAC.

Ao se perguntar aos individuais sobre um valor médio retirado da produção pelo trabalho familiar nestes lotes individuais durante um mês, estes valores variaram entre R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00 por mês, gastando pouco com sua alimentação por produzirem grande parte do alimento e sendo averiguado que no geral a maioria dos que optaram por sair do coletivo, possuem boas condições de moradia, alguns além do rendimento da produção apresentam outros rendimentos

como representação de ração animal, mercearia dentro da propriedade na beira da estrada e vendendo seus produtos, sendo um ponto de encontro e único ponto comercial das cercanias e um outro assentado que retira rendimentos como secretário da agricultura do município de Charqueadas.

Foi relatado que apesar destes terem saído da COPAC, apresentam um bom relacionamento e desenvolvem relações comerciais como compra de suínos com a mesma ou venda de seus produtos para o supermercado da cooperativa.

4.3 COPAC Atualmente

Da população do Assentamento 30 de Maio ligadas a COPAC, vivem 91 pessoas entre homens, mulheres e crianças, 55 destes como sócios da COPAC (a partir dos 16 anos, os filhos podem se tornar sócios), sendo 27 famílias titulares da terra, que atualmente somam para a cooperativa uma aérea de cerca de 500 ha, que possui uma agrovila com 25 casas, a maioria de alvenaria, todas ligadas na rede elétrica, água encanada, comunicação entre as moradias por um sistema de telefonia interna e as mesmas possuindo um pomar individual atrás, a agrovila conta com uma escola de Ensino Fundamental, atende até a 4º série e conta atualmente com 18 alunos, do próprio assentamento ou vizinhos, uma creche mantida pela cooperativa para filhos dos assentados, de secretaria, um refeitório coletivo, sendo utilizado para almoço e jantar, e outros prédios de uso comum.



Figura 3: Agrovila dos assentados coletivos

A cidade de Charqueadas dista cerca de 10 quilômetros, acesso em estrada de chão com razoável estado de conservação, existem linhas de ônibus que fazem o percurso regularmente em período escolar e em menor período durante as férias escolares.

A COPAC estabelecida como uma empresa possui um estatuto próprio organizado pelos seus sócios, neste é deliberado que a assembléia geral é a instância máxima de poder de decisão com definições sobre mudanças de Estatuto, Regimento Interno, balanço financeiro, prestação de contas e avaliação em geral.

Os setores são considerados como a base de instâncias, por onde passam todas as propostas antes de serem postas em votação pela assembléia. Todos sócios da COPAC estão em algum dos setores. Cada setor possui três coordenadores por ordem de hierarquia e autoridade no desempenho das funções, sendo estes escolhidos pelos sócios.

A cooperativa conta ainda com uma direção formada por três pessoas eleitas e por um conselho fiscal.

Atualmente são 5 setores considerados: hortigranjeiro, produção de grãos, produção animal, social e mercado.

Todos setores contam com algumas pessoas fixas e com outras que fazem rodízios nos setores dependendo da demanda ou serviço.

Todos os produtos oriundos do trabalho abastecem as famílias e são comercializados no supermercado da COPAC, estabelecido no centro de Charqueadas, que se tornou uma vitrine dos produtos da reforma agrária. O supermercado, além dos produtos do assentamento 30 de Maio comercializa outros produtos como qualquer supermercado de porte médio. O terreno do prédio está em uma área de 30 x 30 m, contando com um refeitório coletivo com refeições diárias para todos trabalhadores que são sócios da COPAC, não possuindo mão-de-obra contratada e com uma média de 15 pessoas fixas neste setor e outros que em determinados dias da semana não trabalham na produção de outros setores e vem cumprir horas de trabalho neste local, chegando a 25 pessoas. O trabalho no supermercado é muito utilizado pelos mais jovens do assentamento que cumprem as horas de trabalho e após podem se dirigir às escolas na cidade onde estudam.

O setor hortigranjeiro possui uma produção orgânica, tendo como principais culturas à produção de alface, couve, repolho, tempero verde, rúcula, brócolis, morangas, pepinos, beterrabas, cenouras, rabanetes e outros tipos de hortaliças. Este setor também produz frutas como limões, laranjas, bergamotas, etc. Foi verificado também o plantio de uma grande variedade de ervas medicinais. São verificadas várias estufas no local, 4 somente para o alface, 1 para mudas de alface, 13 estufas de 7,5 x 22m e 2 viveiros de 4 x 6 m todos com irrigação interna e mais oito estufas construídas.



Figura 4: Estufas do setor hortigranjeiro da COPAC

O setor de produção animal engloba a bovinocultura de leite, a suinocultura, apicultura, avicultura, piscicultura e as pastagens.

A bovinocultura de leite, no início de 2006, estava entregando todo leite para a Usina de Beneficiamento Cooperativa Santa Clara Ltda, cerca de 33.000 mil litros/mês tirados de cerca de 70 vacas em lactação do rebanho de 190 cabeças. Dentro de uma proposta agroecológica para a alimentação das vacas e redução de custos com ração, está se utilizando o pastoreio racional voisin, um rotacionamento de piquetes, cada um com cerca de 40 x 40 m, em uma área destinada ao rebanho leiteiro de 90 ha, com pastagens predominantes de verão como hermátria, tifton e pensacola e durante o inverno com aveia, azevém e ervilhaca, suplementadas com ração.

O setor ainda conta com uma sala de ordenha em alvenaria onde estão instalados uma ordenhadeira canalizada tipo espinha de peixe e dois tanques

resfriadores de leite, um para 4 mil litros de capacidade e outra para 500 litros de leite.

A suinocultura conta com 60 matrizes de um rebanho de cerca de 400 cabeças criados em um sistema ao ar livre em piquetes englobando 8 porcas em cada um. Com um abatedouro e câmara fria recém construída, o assentamento vem fazendo os próprios abates e transformando partes das carcaças em embutidos a serem comercializados no supermercado, produtos como morcella, costela defumada e salames.

A apicultura, tendo dois funcionários fixos está com cerca de 100 caixas de abelhas espalhados pelos 500 ha aproximados do assentamento.

A criação de aves, atende ao abate, sendo as aves abatidas com cerca de 4 meses de vida, a produção de ovos é vendida ou utilizada na produção de panificados, como pães, cucas e bolachas, todos produtos comercializados no supermercado. Estes produtos são feitos em uma padaria instalada ao lado do refeitório na agrovila e também produz rapaduras e outros doces.

A criação de peixes vem sendo feita nos cerca de 4,6 ha de açudes e 4 ha com rizipiscicultura, se utilizando espécies de carpas e com uma média de 8 toneladas de peixes comercializados por ano.

O setor de produção de grãos está responsável pela cultura do arroz, produzido sem venenos e adubos químicos, em menor escala outros produtos como milho e feijão e o setor engloba também o setor de máquinas, implementos, silo secador, tratores, colheitadeira e galpão.

O setor social corresponde à secretaria do assentamento, ao setor de educação, a creche para crianças de até 6 anos, equipes de lazer e alimentação.

Quanto ao funcionamento do trabalho, diferentemente da maioria das propriedades familiares os assentados cumprem horas com a jornada interna estando convencionada o horário comercial como uma empresa comum, de segunda a sexta e sábado até o meio dia, havendo rodízio para alguns trabalharem em finais de semana ou feriados em atividades como alimentação de animais ou ordenha das vacas.

A participação dos sócios é medida por horas trabalhadas, anotadas pelo coordenador de cada setor e repassada este controle à secretaria para efeito de contabilização do mês.

Cada sócio tem direito a 30 dias de folga por ano, não remuneradas, com os próprios organizando idas em excursão a praia, geralmente em 2 grupos, cada uma com direito a 15 dias, logo após o carnaval e ficando hospedados em alojamentos pertencentes a igreja católica.

Durante a pesquisa foi respondida espontaneamente pelos assentados entrevistados sobre uma média de valor retirado por família da cooperativa durante um mês, esta resposta variou entre R\$ 350,00 a R\$ 800,00, variando também está retirada pelo numero de sócios que compõem uma família.

Alguns produtos retirados pelos cooperados são descontados pela cooperativa como os pães e doces, alimentos, porém saem a preço de custo para o associado.

E a assistência técnica recebida vem principalmente do governo estadual, através dos serviços oficiais de assistência técnica, representada pela EMATER – RS, divisão de Charqueadas, por meio de um médico veterinário e uma assistente social, que atende ao assentamento e a comunidade rural da cidade.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A Amostra Dirigida

Todos 40 entrevistados que participaram da segunda etapa da metodologia Q foram selecionados entre os 65 assentados iniciais que participaram da fundação da COPAC em julho de 1991, foram escolhidos aleatoriamente conforme disponibilidade destes para participarem da presente pesquisa. Os entrevistados saíram de dois grupos considerados, 20 que continuam no modelo coletivo de exploração de terra e outros 20 que saíram do modelo coletivo e estão hoje trabalhando em seu lote individual e buscou-se uma proporcionalidade entre o número de entrevistados do sexo feminino e masculino entre os dois grupos, que estão representados no quadro 1.

ENTREVISTADOS	Masculino	Feminino	Total
Praticam exploração coletiva	14	6	20
Praticam exploração individual	14	6	20

Quadro 1 – Relação dos entrevistados conforme a exploração e o sexo

Juntamente com a apresentação da grade de classificação para os dois grupos de entrevistados foi preenchido um questionário com dados referentes dos mesmos. No grupo dos produtores que partiram para o individual, o número de pessoas residentes em cada domicílio variou entre 3 a 7 pessoas numa mesma casa com um valor considerado como uma retirada média da produção ao longo de um mês, variando entre R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00 por mês, alguns além da produção do lote possuem acréscimo de outras fontes de renda como pensão por viuvez, programas assistenciais do governo federal como bolsa-família ou bolsa-escola e empregos ou atividades na cidade de algum dos membros da família. Um dos assentados é o atual secretário de agricultura do município de Charqueadas.

O grupo dos coletivos respondeu que de 1 a 5 pessoas residiam em cada casa, variando a retirada por família entre R\$ 350,00 a R\$ 800,00, sendo o valor total retirado por cada família dependente do número de sócios que compõem a mesma. Outras fontes de renda não consideradas nesta retirada por família da produção, foram bolsa-escola, aposentadoria e venda de artesanato.

Quanto a escolaridade, dos 20 produtores individuais entrevistado somente 1 único declarou possuir o ensino médio completo, todos os outros entrevistados declararam possuir o ensino fundamental incompleto, ou seja, destes, nenhum cursou até a 8º série e somente 1 destes declarou que está estudando, terminando esta graduação.

No coletivo, dos 20 entrevistados, 4 declararam possuir o ensino médio completo, estudaram até o 3º ano, um destes está fazendo curso universitário durante período noturno em Porto Alegre, contando com programa assistencial do governo federal como o Pró-UNI que contempla universitários em instituições privadas. Um único declarou não ter concluído o ensino médio, mas tendo assim concluído o ensino fundamental. Os outros declararam possuir desde a 4º série do ensino fundamental e somente 1 destes está estudando para concluir esta fase.

A idade dos hoje produtores individuais variou entre 34 a 53 anos e nos que estão no coletivo entre 33 a 53.

A produção e atividade dos entrevistados individuais estão descritas no capítulo 4.2 Assentados individuais que saíram da COPAC (p. 42). Nos produtores coletivos a produção está descrita no capítulo 4.3 COPAC atualmente (p. 43), porém os entrevistados desenvolvem além dos afazeres agropecuários, atividades financeiras e administrativas no supermercado, função de caixa e outras no mesmo, secretaria da cooperativa, entretenimento e educação das crianças na creche, coordenação de setores produtivos da COPAC e cozinheira do refeitório coletivo.

5.2 Resultados e Discussões da metodologia Q

Os resultados encontrados neste estudo de caso, após análise estatística fatorial das respostas de 40 produtores entrevistados, englobando 20 produtores que estão no individual e 20 no coletivo, estão separados em cinco fatores a seguir: A, A1, B, C e E.

Procedido as análises estatísticas, para efeito de melhor discussão trocou-se às letras dos cinco fatores por tipologias que permitem uma melhor representação dos grupos alcançados e permitem a discussão destes, em forma qualitativa.

Os grupos alcançados que substituíram os fatores por tipologias, para uma melhor compreensão, estão representados no quadro 2.

Dos 40 entrevistados, 33 entrevistados apresentaram alta correlação com um dos fatores e 7 apresentaram correlação baixa com os fatores ou alta correlação com mais de um fator não caindo em nenhuma tipologia.

FATORES	TIPOLOGIA	GRUPO
A	Representa os assentados favoráveis ao modo de trabalho individual no assentamento.	Grupo 1
A1	Representa os assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo no assentamento.	Grupo 2
B	Representa os assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém com ressalvas.	Grupo 3
C	Representa os assentados favoráveis ao modo de produção coletiva, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta.	Grupo 4.1
E	Representa os assentados favoráveis ao modo de produção coletiva, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta.	Grupo 4.2

QUADRO 2 - Troca dos fatores por tipologias e denominação do grupo.

As afirmações consideradas foram marcadas nas grades da entrevista em extremos negativos e positivos.

Os termos positivos se referem aqueles itens que a critério dos indivíduos que pertencem ao fator em questão, estão em maior acordo, correspondendo às classificações +4 e +3 da grade, ou seja, é desta forma que os indivíduos que pertencem a este fator pensam.

Os termos negativos são ao contrario, aqueles itens que a critério do pesquisado que pertence ao fator em questão, estão em maior desacordo e correspondem as classificações -4 e -3 da grade.

5.2.1 GRUPO 1: “Assentados favoráveis ao modo de trabalho individual no assentamento”.

MENOS CONCORDO → INDIFERENTE ← MAIS CONCORDO

-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4
7	18			5			9	13
14	23			10			12	30
19	31			11			15	41
	35			16			39	
				26				
				28				
				32				

O grupo 1 engloba 18 pessoas, expressando afirmações tendentes ao modo de trabalho individual. Destes, 17 já saíram do coletivismo e foram trabalhar individualmente e 1 ainda está no coletivo, mas expressa forte tendência pelo modelo individual. A correlação das pessoas está entre 0,43 e 0,86 nesta tipologia e as afirmações/motivações que mais concordaram, com pontuação +4 e +3 são:

13 “Alguns sócios não saem porque não levarão nada em função do estatuto assinado, ao saírem perdem direitos a estrutura das CPAs que ele ajudou a construir”.

30 “Se o individual possuir os mesmos meios de produção e equipamentos que no coletivo ele produz mais”.

41 “CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual”.

9 “O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto”.

12 “Cooperativas receberam mais recursos e atenção do Estado para pessoas continuarem cooperativadas, atitude questionável por diferenciar direitos aos individuais”.

15 “No coletivo algumas tarefas não são bem feitas, pessoas dão mais importância às horas contadas do que o resultado da tarefa. No individual há mais interesse em terminar tarefas”.

39 “É mais natural fazer a gestão na unidade básica familiar, a propriedade da família, ter seu espaço criar seus animais, ter sua horta”.

Conforme a vivência que tem ou tiveram no modo de produção coletiva, as afirmações que mais discordaram ou consideraram menos importante, na pontuação considerada de -4 e -3 são:

7 “O coletivo é revolução cultural, ao transformar o meu pelo nosso incentiva novos valores e relações, se tornando mais solidárias, elevando grau de consciência”.

14 “Assentamentos mais bem sucedidos do ponto-de-vista econômico, inserção de produtos, renda familiar e qualidade das famílias são os coletivos”.

19 “O coletivo sabe reconhecer limitações, doenças e diferenças na produtividade do trabalho, procurando resguardar e oferecer condições mínimas para esse integrante”.

18 “O coletivo tem melhor qualidade de vida, pode-se tirar férias durante período do ano, no individual têm que pedir a vizinho ou parente que olhe seu lote”.

23 “No coletivo procura-se criar condições para que pessoas participem e possam entender as reuniões e assembléias”.

31 “No coletivo é realizada administração de custos, produção, controles em geral, práticas não feitas nos individuais”.

35 “No atual modelo econômico trabalhar individual é complicado. Já trabalhei e não resolvíamos problemas. Agora com mais dignidade temos organização a qual lutamos pelo melhor”.

5.2.1.1 Discussões do Grupo 1

O Grupo 1 representado pelo fator A, é a tipologia dos assentados favoráveis ao modo de trabalho individual. A correlação das pessoas com o fator entre 0,43 e 0,86, nesta tipologia, foi o que reuniu o maior número de pessoas, 18 no total expressando afirmações tendentes ao modo de trabalho individual. Destes, 17 já saíram do modo de produção coletiva e foram trabalhar individualmente e 1 ainda está no coletivo, mas expressa tendência pelo modelo individual. Este fator englobou 45% dos entrevistados

As afirmações 30, 13 e 41 são as que mais concordaram ou mais consideraram importantes correspondentes na pontuação +4, a afirmação 30 expressa a preferência pelo modo individual de produção que consideram mais eficiente e produtiva do que trabalhar coletivamente, mas ali reconhecendo que coletivamente pode-se conquistar mais equipamentos. A 13 e a 41 expressam algumas questões que enfrentaram de sua experiência coletiva, no início ao optarem por se desenvolverem coletivamente, os recursos conquistados junto ao PRONAF foi reunido para todas despesas e compras de maquinários e estruturas que formam a COPAC, seu regimento interno acordado pelos sócios estipulou que futuramente aqueles que desejassem se retirar não teriam direito as benfeitorias, indenização e estrutura construída coletivamente, mas podendo se retirar com seu lote proporcional. Passados as situações de desagregação e desligamento da cooperativa, apesar de apresentarem bom relacionamento com os cooperados da COPAC, este fato gerou uma certa “mágoa ou mesmo trauma” pela discordância desta situação. Alguns se retiraram, levando seus lotes, uma quantidade de sementes e alguns animais, mas discordam da situação julgando que teriam mais direitos e melhor remuneração por tudo, sendo este um fato que afeta a todos assentados, de difícil solução e contentamento a todas as partes.

Logo após estas 3 afirmações que mais concordaram, mais 4 afirmações foram selecionadas na pontuação +3 pela metodologia Q, as afirmações 9, 12, 15 e 39, que também expressam discordâncias e oposição ao coletivo, destacando problemas, principalmente na 9 e na 15 que tratam da falta igualdade ou oportunidade para alguns que assim se fizeram sentir, a 15 trata de uma das questões mais difíceis de se tratar nessas formas de organização, sobre a divisão e remuneração das tarefas, muitos consideram que a remuneração pelas horas é desigual não contemplando aqueles que mais se esforçam ou tem melhor produtividade, mas premiando também aqueles que segundo estes “enrolam” no serviço, já que o valor das horas remuneradas é a mesma para todos, muitos também gostariam que a remuneração fosse maior para aqueles que trabalham em atividades que estão alcançando maior produção ou dividendos para a cooperativa. Na 12 consideram que os que estão nos coletivos tiveram se não mais recursos por parte do Estado, pelo menos mais atenção. E a 39 endossa a condição de

produtores individuais ao reforçar uma maior naturalidade pela propriedade individual, tratada como a “propriedade da família”.

As afirmações que menos consideraram, no extremo negativo da grade com pontuação -4, foram a 7, 14 e 19 endossando a discordância pelo coletivismo, na 7 discordam que ao se trabalhar coletivamente o individuo passa por uma espécie de revolução interna, que começam a destacar novos valores como solidariedade ou consciência coletiva. Não se sentiram assim, ou não enxergaram que outros começaram agir ou pensar desta forma, talvez endossada pelas discordâncias internas que pesaram muito mais na forma de sentir. Para estes, os assentamentos coletivos não são os mais bem sucedidos e o coletivo não significou uma melhor qualidade de vida, somente alcançando está após se estruturarem nos lotes individuais. Este foi o fator que reuniu o maior número de entrevistados, tendo somente 1 assentado coletivo caído neste fator, possivelmente alguém que não está satisfeito no modo coletivo, gostaria de produzir individualmente porém preferiria ter acesso ao maquinário, estruturas e benfeitorias já constituídas.

O segundo grupo de afirmações que mais discordaram, na pontuação -3, englobou os números 18, 23, 31 e 35.

Discordaram da afirmação 18, apesar de considerarem que no coletivo propicia um período de férias, mas quanto a complementação da afirmação de que há uma melhor qualidade de vida no coletivo, consideram estes que partiram para o individual, que agora sua qualidade de vida está melhor. O assentado coletivo, apesar da correlação com está tipologia, quanto a está afirmação não a julgou importante colocando-a na grade indiferente. Assim como também a afirmação 35 que diz ser complicado trabalhar individual e endossa uma importância da organização coletiva, o assentado coletivo colocou nesta grade, não a julgando importante. Os assentados individuais nesta 35 discordam que trabalhar individual é complicado para se resolver problemas e não consideraram a organização coletiva com uma importância para sí.

Está tipologia também não concordou com a afirmação 31 sobre os custos e controles que estes são mais feitos nos coletivos, consideram que no individual são feitos os controles e custos tanto quanto no coletivo e ao não concordarem com a

23, consideram que as reuniões e assembléias não são bem explicativas ou informativas faltando melhor esclarecimento sobre alguns pontos que consideram obscuros.

5.2.2 GRUPO 2: “Assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo no assentamento”.

O grupo 2 é formado por 6 indivíduos, todos eles estabelecidos no modo de produção coletiva. A correlação entre as pessoas está entre 0,43 e 0,73 neste grupo.

MENOS CONCORDO			→	INDIFERENTE			←	MAIS CONCORDO		
-4	-3	-2		-1	0	+1		+2	+3	+4
13	9				5				18	7
30	12				10				23	14
41	15				11				31	19
	39				16				35	
					26					
					28					
					32					

O grupo 2 representa os agricultores que mais defendem o modo de produção coletiva no assentamento, e que selecionaram as seguintes afirmações como as que mais concordavam na pontuação +4 e +3:

7 “O coletivo é revolução cultural, ao transformar o meu pelo nosso incentiva novos valores e relações, se tornando mais solidárias, elevando grau de consciência”.

14 “Assentamentos mais bem sucedidos do ponto-de-vista econômico, inserção de produtos, renda familiar e qualidade das famílias são os coletivos”.

19 “O coletivo sabe reconhecer limitações, doenças e diferenças na produtividade do trabalho, procurando resguardar e oferecer condições mínimas para esse integrante”.

18 “O coletivo tem melhor qualidade de vida, pode-se tirar férias durante período do ano, no individual têm que pedir a vizinho ou parente que olhe seu lote”.

23 “No coletivo procura-se criar condições para que pessoas participem e possam entender as reuniões e assembléias”.

31 “No coletivo é realizada administração de custos, produção, controles em geral, práticas não feitas nos individuais”.

35 “No atual modelo econômico trabalhar individual é complicado. Já trabalhei e não resolvíamos problemas. Agora com mais dignidade temos organização a qual lutamos pelo melhor”.

Seguindo a linha de pensamento deste grupo, as afirmações que mais discordaram (-4 e -3) foram as seguintes:

13 “Alguns sócios não saem porque não levarão nada em função do estatuto assinado, ao saírem perdem direitos a estrutura das CPAs que ele ajudou a construir”.

30 “Se o individual possuir os mesmos meios de produção e equipamentos que no coletivo ele produz mais”.

41 “CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual”.

9 “O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto”.

12 “Cooperativas receberam mais recursos e atenção do Estado para pessoas continuarem cooperativadas, atitude questionável por diferenciar direitos aos individuais”.

15 “No coletivo algumas tarefas não são bem feitas, pessoas dão mais importância às horas contadas do que o resultado da tarefa. No individual há mais interesse em terminar tarefas”.

39 “É mais natural fazer a gestão na unidade básica familiar, a propriedade da família, ter seu espaço criar seus animais, ter sua horta”.

5.2.2.1 Discussões do Grupo 2

O Grupo 2 representado pelo fator A1, é a tipologia dos assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo no assentamento. A correlação das pessoas com o fator A1 ficou entre 0,43 e 0,73. Esta tipologia, reuniu um número de 6 pessoas, expressando afirmações tendentes a forma coletiva de trabalho. Todas estas 6 pessoas fazem parte da produção coletiva e este fator englobou 15% dos entrevistados no total e 30% dos entrevistados que estão no coletivo.

As afirmações 7, 14 e 19, com pontuação +4 são as que mais concordaram ou mais consideraram importantes. As afirmações selecionadas, deste grupo sobre as que julgam mais importantes e menos importantes são exatamente inversa das respostas da tipologia 1. Para eles o coletivo é uma revolução cultural, as pessoas elevam a consciência e se tornam mais solidárias, consideram que nos coletivos elas possuem uma melhor qualidade de vida, conseguem colocar melhor os produtos na comercialização e que o coletivo reconhece limitações das pessoas oferecendo condições mínimas para este integrante.

Seguindo a ordem de importância pela metodologia Q o segundo grupo de afirmações mais importantes (pontuação +3) considerou as de número 18, 23, 31 e 35. A 18 salienta sobre a qualidade de vida no coletivo, afirmação oposta a afirmação dos que estão no individual saindo do coletivo que não consideraram que ali possuíam melhor qualidade de vida apesar de poder sair de férias. O grupo 2

considera que são dadas condições de participação e entendimento nas assembleias, no coletivo são realizados melhores controles de custos e endossam pela 35 a importância de se trabalhar coletivamente que facilita resolver os problemas e permite alcançar uma organização comum. Os entrevistados do grupo 1, quase a totalidade dos individuais discordaram de todas estas afirmações, que não eram dadas condições de bom entendimento nas assembleias, que as administrações de custos são feitas nos individuais tanto quanto são feitas no coletivo e que individualmente pode se resolver problemas do meio rural. Poderia se afirmar que o grupo 2 é o grupo dos entusiastas pelo modelo coletivo, os mais pró-coletivo. E o grupo 1, antes participante com experiência no trabalho coletivo, hoje é totalmente entusiasta do modelo individual de se produzir, apesar de possuir em conjunto uma associação de máquinas entre os individuais. Os dois grupos selecionaram as mesmas afirmações, porém curiosamente, todas afirmações selecionadas pelos dois grupos são completamente inversas sobre as que mais concordam e mais discordam.

As afirmações 13, 30 e 41 são as que o grupo 2 mais discordaram (consideradas na pontuação -4). Na 13 consideram que o estatuto assinado em comum está certo e que os sócios saem espontaneamente por suas preferências que isto não impede nem é empecilho a ninguém e estes saíram por outros motivos, como discussões, discordâncias ou pela própria educação individual predominante nestes dissidentes.

Discordam que deve haver uma nova forma de administração na CPA, que deveria se trabalhar individual e que uma forma individual, familiar vai conseguir as mesmas conquistas ou produzir mais que uma forma coletivizada.

O segundo grupo de afirmações que mais discordam (-3), englobam as de número 9, 12, 15 e 39.

Discordam da 9, consideram as conquistas alcançadas como uma construção compartilhada permitindo direitos e benefícios a todos integrantes.

Não consideram que receberam mais recursos nem atenção a mais por parte do Estado, mas sim sendo na maioria das vezes este ausente em políticas que ajudem ou alavanquem o cooperativismo.

Não consideram a propriedade familiar como a mais importante ou natural, “o ter” pessoal como uma realização de conquista e realização.

E por último a remuneração em horas não consiste em problema, cada um tem suas obrigações que tem que ser feitas e são feitas independente de estar no coletivo ou no individual, se as tarefas são terminadas em um setor, existem outros setores e atividades que as pessoas vão ajudar.

5.2.3 GRUPO 3: “Assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém com ressalvas”.

Este grupo, englobando 7 indivíduos, 6 atualmente estabelecidos coletivamente e 1 estando trabalhando individual, apresenta uma correlação das pessoas entre 0,42 e 0,7 neste grupo.

MENOS CONCORDO		→			INDIFERENTE	←			MAIS CONCORDO	
-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4		
9	2			5			7	17		
12	24			6			13	18		
34	27			8			25	37		
	41			20			35			
				26						
				29						
				30						

O grupo 3 é favorável ao coletivismo no assentamento, reconhece sua importância, porém expressa também algumas críticas:

17 “Decisões às vezes são processos de indução com influências e afinidades pessoais. Uma proposta pode derrotar a melhor por falta de informação, ou convencimento”.

18 “O coletivo tem melhor qualidade de vida, pode-se tirar férias durante período do ano, no individual têm que pedir a vizinho ou parente que olhe seu lote”.

37 “Coletivos permitem soma de esforços e recursos, compra de maquinários que superam investimentos individuais, aumento de produção, lucro e diversificação”.

7 “O coletivo é revolução cultural, ao transformar o meu pelo nosso incentiva novos valores e relações, se tornando mais solidárias, elevando grau de consciência”.

13 “Alguns sócios não saem porque não levarão nada em função do estatuto assinado, ao saírem perdem direitos a estrutura das CPAs que ele ajudou a construir”.

25 “Há pessoas que trabalham mais do que outros pela mesma hora, por isso é difícil dizer que a repartição do trabalho é justa”.

35 “No atual modelo econômico trabalhar individual é complicado. Já trabalhei e não resolvíamos problemas. Agora com mais dignidade temos organização a qual lutamos pelo melhor”.

E este grupo colocou como afirmações com menor concordância as seguintes na pontuação -4 e -3:

9 “O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto”.

12 “Cooperativas receberam mais recursos e atenção do Estado para pessoas continuarem cooperativadas, atitude questionável por diferenciar direitos aos individuais”.

34 “Pessoas que influenciam decisões do coletivo é porque seu ponto-de-vista foi interpretado como mais adequado, processo normal democraticamente válido”.

2 “Assentados se apóiam em dois fundamentos: solidariedade cristã, aproximação de igualdade perante Deus e visão econômica que produtividade pode crescer no coletivo”.

24 “No coletivo, não há cuidado, nem serviço diferenciado com pessoas de idade, aposentadas, de dar mais valor para esses”.

27 “Todos livremente querem produzir individualmente, e usam estratégias coletivas ao perceber que individualmente não pode resolver problemas na unidade familiar”.

41 “CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual”.

5.2.3.1 Discussões do Grupo 3

O Grupo 3 representado pelo fator B, é a tipologia dos assentados favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém com ressalvas. A correlação das pessoas com o fator ficou entre 0,42 e 0,7 nesta tipologia. Este fator englobou 7 assentados, sendo 17,5 % do total dos entrevistados. Dos 7 que estão nesta tipologia 6 estão estabelecidos no coletivo e 1 está individualizado.

As afirmações 17, 18 e 37 são as que mais concordaram ou consideraram mais importantes, de pontuação +4.

Afirmações como 18 e 37 consideraram aspectos positivos de se trabalhar coletivamente, como qualidade de vida, férias e o esforço somado para investimentos. Na 17 há uma crítica sobre carência de informações necessárias e que as decisões tomadas nem sempre são as melhores, mas que influências pessoais a induzem se consistindo em motivo de divergências ou desavenças dentro do grupo. A afirmação 17 não foi das mais consideradas pelo grupo 2.

As outras 4 afirmações que mais consideraram, na pontuação +3, foram a 7, 13, 25 e a 35.

As afirmações 7 e 35 endossam a importância de se pensar coletivamente como uma revolução íntima de cada um, com valores como a solidariedade e que trabalhando assim permite uma melhor facilidade para se resolver problemas do que individualmente. Estas afirmações 7 e 35, mais a 18 que são escolhidas por esta tipologia, também são salientadas em comum pela tipologia do grupo 2 que é a mais favorável ao modo de trabalho coletivo.

Ao selecionarem a 25 como uma das mais importantes, expressam um descontentamento pela forma em que é feita a remuneração em horas não considerando uma produtividade maior de uns sobre outros. Na tipologia do grupo 2 aqueles não consideraram como importante esta afirmação. O grupo 2 considera a forma de remuneração em horas, se não é perfeita pelo menos é uma das melhores formas de um parâmetro para se medir. Já que para eles o que importa é o coletivo no geral, que há muito serviço para todos, independente de horas a serem cumpridas.

Na opção pela 13 expressam uma consideração que existe uma insatisfação dentro do grupo, quem salientou esta afirmação não necessariamente pensa em se retirar, mas reconhece em outros que a cláusula no estatuto é um entrave para que alguns possam dar vazão a situações de fato com outra opção de produção. A tipologia do grupo 2 discordou desta afirmação, considerou-a como das menos importantes ou que menos concorde, talvez também por não pensarem em se retirar da COPAC e julgarem que para quem quer se retirar não é o estatuto que vai ser o empecilho.

As afirmações do grupo 3 que mais discordaram com pontuação -4, foram a 9, 12 e a 34.

A 34 tem uma relação com a afirmação 17, que este mesmo grupo considerou como uma das mais importantes, naquela houve a crítica sobre indução nas decisões de assembleias, ao não concordarem com a 34 endossam um incômodo sobre um processo de influência nas decisões de um grupo prevalecendo sobre posições importantes.

A tipologia do grupo 2, o mais pró-coletivo não considerou como mais importantes, nem como fator de desestabilização as afirmações 17 e 34, afirmações que versam sobre as decisões, diferentemente deste grupo 3.

As afirmações 9 e 12 e 41 foram consideradas discordantes, posicionamento semelhante da tipologia do grupo 2. Discordaram que o coletivo é uma fachada, com pessoas esquecidas, e não consideram que o Estado diferenciou atenção e recursos entre individuais e coletivos, privilegiando estes últimos.

A discordância da afirmação 41 juntamente entre o grupo 2 e o 3 expressa a preferência destes grupos pelo modo de produção coletiva já que rejeitam a CPA ou com outra forma de administração e principalmente que esta seja gerida com produção individualizada.

Além destas afirmações mencionadas, como discordantes, têm-se as afirmações 2, 24 e 27 do segundo grupo das que mais discordam (-3).

Ao selecionarem a 2 não consideraram uma visão religiosa, juntamente com uma econômica como essencial para o estabelecimento do seu modo de produção. Na 24 discordaram por considerarem que no coletivo há uma valorização e cuidados com pessoas mais velhas. E na 27 discordam que todos querem ser individuais ou que as pessoas vão para o coletivo porque julgam não poderem resolver problemas inerentes a produção sozinhos.

O único produtor individual que caiu neste fator, apesar de hoje estar individualizado é um entusiasta do trabalho coletivo, saindo do mesmo por outros motivos familiares.

5.2.4 GRUPO 4.1: “Assentados favoráveis ao modo de produção coletivo, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta”.

Neste grupo foi colocada esta numeração 4.1 por ser um grupo semelhante ao grupo 4.2 quanto à tipologia, ou seja, apresentar afirmações favoráveis ao modo de produção coletiva, mas também apresentando críticas e insatisfação quanto a sua gestão. Apesar da tipologia ser semelhante entre estes dois grupos, suas afirmações são diferentes e elas serão analisadas separadamente.

Esta tipologia ficou com 1 assentado que está no modo de produção coletiva, apresentando uma correlação deste fator em 0,41.

MENOS CONCORDO			→	INDIFERENTE			←	MAIS CONCORDO		
-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4		
36	7			5			9	8		
40	28			6			11	19		
41	32			20			18	25		
	34			23			37			
				27						
				35						
				39						

O grupo 4.1 colocou as seguintes afirmações como mais importantes (+4 e +3):

8 “Pessoas se agrupam em função do econômico, julgavam que ganhariam mais dinheiro com grupos coletivos”.

19 “O coletivo sabe reconhecer limitações, doenças e diferenças na produtividade do trabalho, procurando resguardar e oferecer condições mínimas para esse integrante”.

25 “Há pessoas que trabalham mais do que outros pela mesma hora, por isso é difícil dizer que a repartição do trabalho é justa”.

9 “O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto”.

11 “Famílias vão para o coletivo para melhorar qualidade de vida, equacionar problemas e enfrentar dificuldades do trabalho no meio rural”.

18 “O coletivo tem melhor qualidade de vida, pode-se tirar férias durante período do ano, no individual têm que pedir a vizinho ou parente que olhe seu lote”.

37 “Coletivos permitem soma de esforços e recursos, compra de maquinários que superam investimentos individuais, aumento de produção, lucro e diversificação”.

O grupo 4.1, conforme sua percepção apresentou como afirmações mais discordantes (-4 e -3) as seguintes:

36 “Há centralização de decisões em grupo reduzido porque maioria não quer fazer determinadas tarefas ou aprender mais sobre administração”.

40 “Apresentam relatórios, notas para dizer que está certo, você não sabe se é verdade, não há tempo para discutir, tem que aprovar”.

41 “CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual”.

7 “O coletivo é revolução cultural, ao transformar o meu pelo nosso incentiva novos valores e relações, se tornando mais solidárias, elevando grau de consciência”.

28 “Existe propaganda que os coletivos não deram certo e influenciam as pessoas a trabalharem individualmente”.

32 “No individual se tem revés na produção, não atribui a forma coletiva nem critica outro, ela se auto-avalia e conclui que o responsável pode ter sido ele mesmo”.

34 “Pessoas que influenciam decisões do coletivo é porque seu ponto-de-vista foi interpretado como mais adequado, processo normal democraticamente válido”.

5.2.4.1 Discussões do Grupo 4.1

O Grupo 4.1 representado pelo fator C é uma tipologia em que os assentados são favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém insatisfeitos com a forma como vem sendo gerida a cooperativa. A correlação deste entrevistado com o fator C está

em 0,41. Este fator englobou 1 assentado, que está no coletivo, representando 2,5 % do total dos entrevistados e 5 % dos entrevistados que estão no coletivo.

As afirmações 8, 19 e 25, para este grupo foram as que tiveram pontuação +4. Na 8 considerou que o estímulo econômico é um forte apelo para que os indivíduos se coletivizem. Se na afirmação 19 selecionada foi considerada como uma qualidade para o coletivo ao reconhecer que este distingue limitações, diferenças, sabe oferecer condições mínimas para os integrantes, a 25 fazendo coro a tipologia do grupo 3, critica a forma de remuneração como é feita ou considera o fato de haver indivíduos que se esforçam mais do que outros não havendo uma melhor contemplação ou diferenciação para estes.

A afirmação número 9 selecionada como das mais importantes no segundo grupo, com pontuação +3, juntamente com as afirmações 11, 18 e a 37, expressa uma insatisfação com sua gestão, considerando que a forma coletiva às vezes tem esquecido de alguns. Ao selecionar esta afirmação juntamente com a de número 19 acima mencionada, este assentado entrou em aparente contradição, acima defende que o coletivo distingue diferenças, oferece condições mínimas para os integrantes, provavelmente este tem se sentido “não prestigiado” ou “não representado” pelos que estão se ocupando de hierarquias acima ou nas assembleias. Se nesta tipologia a 9 foi considerada que há uma fachada ou pessoas esquecidas, para o grupo 2 ela foi uma das mais discordantes para aquele grupo que não considera o coletivo como uma fachada, nem que há pessoas esquecidas no grupo.

As afirmações 18 e 37 também foram consideradas na tipologia do grupo 3, aqueles favoráveis ao coletivo, mas com ressalvas. Nestas afirmações reconhece uma melhor qualidade de vida e a soma de esforços e recursos que o coletivo permite. A qualidade de vida também foi salientada pelo grupo 2, o mais pró-coletivo das tipologias consideradas. Na 11 justificou a ida ao coletivo na busca de melhor qualidade de vida, resolver problemas e dificuldades.

O Grupo 4.1 discordou da 36, 40 e 41 (pontuação +4). Ao discordar da 36 este considerou que há uma centralização, mas não concordou com o motivo afirmado do porque há uma centralização de decisões, para ele um grupo centraliza as decisões e outros querem fazer as tarefas ou aprender, mas o que não é dado é

uma devida oportunidade. Já na 40 discordou que há uma superficialidade ao se aprovar relatórios ou mesmo projetos, considerou que existe uma discussão interna.

A desaprovação pela afirmação 41 salienta a opção pelo modo de produção coletiva considerando que está deve continuar assim.

Outras afirmações que discordaram na pontuação -3 foram a 28, 32, 34 e a 7. A 7 foi considerada nos grupos 2 e 3 como uma afirmação concordante. Nesta tipologia houve uma discordância quanto a considerar o coletivo como uma revolução cultural interna transformadora para novos valores.

Não considerou a 28 ao não considerar que é uma propaganda que influencia as pessoas a irem para o individual. Na 32 não concordou que as pessoas tendem a culpar todos os problemas e reveses acontecidos porque estão na forma coletiva. Ao não concordar com afirmação 34 há uma crítica sobre situações de influência nas decisões.

5.2.5 GRUPO 4.2: “Assentados favoráveis ao modo de produção coletivo, porém insatisfeitos com a forma de gestão desta”.

Este grupo apresentou uma correlação do indivíduo com o grupo em 0,47 e está representado por 1 assentado do modo de produção coletivo.

MENOS CONCORDO → INDIFERENTE ← MAIS CONCORDO

-4	-3	-2	-1	0	+1	+2	+3	+4
9	11			2			1	8
34	28			3			14	13
41	29			21			16	24
	32			26			25	
				27				
				30				
				35				

As afirmações colocadas na grade mais freqüentes (+4 e +3) neste grupo foram:

8 “Pessoas se agrupam em função do econômico, julgavam que ganhariam mais dinheiro com grupos coletivos”.

13 “Alguns sócios não saem porque não levarão nada em função do estatuto assinado, ao saírem perdem direitos a estrutura das CPAs que ele ajudou a construir”.

24 “No coletivo, não há cuidado, nem serviço diferenciado com pessoas de idade, aposentadas, de dar mais valor para esses”.

1 “Coletivo é mais orientação do MST do que consciência de produtores que esta é estratégia para problemas, e aderem por bandeira política importante de participar”.

14 “Assentamentos mais bem sucedidos do ponto-de-vista econômico, inserção de produtos, renda familiar e qualidade das famílias são os coletivos”.

16 “No coletivo, construção democrática e regramento sólido exigem mais desafios. Desavenças e falta de regramento são fatores para saída de pessoas”.

25 “Há pessoas que trabalham mais do que outros pela mesma hora, por isso é difícil dizer que a repartição do trabalho é justa”.

As afirmações consideradas como mais discordantes (-4 e -3) foram:

9 “O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto”.

34 “Pessoas que influenciam decisões do coletivo é porque seu ponto-de-vista foi interpretado como mais adequado, processo normal democraticamente válido”.

41 “CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual”.

11 “Famílias vão para o coletivo para melhorar qualidade de vida, equacionar problemas e enfrentar dificuldades do trabalho no meio rural”.

28 “Existe propaganda que os coletivos não deram certo e influenciam as pessoas a trabalharem individualmente”.

29 “No individual a família aprende e atua mais, tendo que administrar diretamente, no coletivo os que não participam da administração, se perdem em avaliações e negócios”.

32 “No individual se tem revés na produção, não atribui a forma coletiva nem critica outro, ela se auto-avalia e conclui que o responsável pode ter sido ele mesmo”.

5.2.5.1 Discussões do Grupo 4.2

O Grupo 4.2 representado pelo fator E é uma tipologia em que os assentados são favoráveis ao modo de trabalho coletivo, porém insatisfeitos com a forma como vem sendo gerida a cooperativa. Está tipologia foi a mesma considerada para o fator C, porém as afirmações selecionadas foram diferentes resultando em um número diferente. A correlação deste entrevistado com o fator E está em 0,47. Este fator englobou 1 assentado, também no coletivo, representando 2,5 % do total dos entrevistados e 5 % dos entrevistados que estão no coletivo.

As afirmações 8, 13 e 24 foram as selecionadas na pontuação +4 as que mais concordaram ou consideraram mais importantes. Na 8 considerou uma função econômica como estímulo para uma coletivização, afirmação também selecionada pelo fator C, do grupo 4.1. A afirmação 13 também foi selecionada pelo grupo 1 e 3.

Provavelmente este enxerga o estatuto um empecilho para uma divisão ou debandada do grupo coletivo. O grupo 2 pensou diferente destes não concordando com esta afirmação 13. Ao concordar com a 24 expressou que há uma falta de cuidado e atenção para pessoas mais velhas, afirmação considerada diferentemente pelo grupo 3 que discorda que exista uma falta de atenção ou cuidados para estes.

As afirmações 1, 14, 16 e 25 também estão entre as que mais concordaram, com pontuação +3. A número 1 não apareceu em nenhuma das outras tipologias. Para este entrevistado o coletivo é uma orientação que o MST buscou influenciar no grupo inicial pré-assentamento e este provavelmente aderiu por esta influência.

Para ele os assentamentos mais bem sucedidos são os coletivos, apesar de que nestes exista um maior desafio tanto por haver desavenças ou ausência de regras sólidas que a própria construção democrática demanda tempo para poder contemplar.

A afirmação 25 também foi endossada pelos grupos 3 e 4.1, o problema da remuneração expresso em um descontentamento pela forma partilhada da remuneração em horas não considerando uma produtividade maior de uns sobre outros.

As afirmações de número 9, 34 e 41 são as que mais discordaram na pontuação -4 neste grupo 4.2. Na 9 este grupo desconsidera-a juntamente com o grupo 2 e 3. O grupo 1 favorável ao modo de produção individual ao contrário concorda com está afirmação.

A afirmação 34 é desconsiderada, não concorda que a influência de decisões é um processo normal dentro de um processo democrático, opinião compartilhada pelos grupos 3 e 4.1.

A 41 foi a afirmação mais selecionada pelos grupos, o grupo 1 que representa na quase totalidade os individuais colocou-a como uma afirmação concordante. Todos os outros grupos 2, 3, 4.1, e 4.2 que englobam em sua maioria os assentados que estão no coletivo discordaram desta. Para todos estes, não se deve repensar as CPAs com produção individual, então endossam sua preferência pelo modo de produção coletiva, desde o grupo que preconiza mais ênfase no coletivismo ou nos outros com críticas e ressalvas sobre sua forma atual de gestão.

Outras afirmações selecionadas como discordantes na pontuação -3 foram a 11, 28, 29 e 32.

A afirmação 11 que o assentado discordou afirma que famílias vão para o coletivo para melhorar qualidade e enfrentar dificuldades, então está de acordo, tem coerência com a afirmação 1 que este concordou colocando motivos de ida para o coletivo como uma orientação do MST que é importante se coletivizar.

Na 28 sua discordância é similar ao grupo 4.1 que considera que não é uma propaganda que influenciam as pessoas a trabalharem individualmente ou a não aderirem ao coletivo.

A afirmação 29 somente foi selecionada neste grupo e como uma das mais discordantes. Para ele no individual as pessoas não aprendem mais por estarem administrando diretamente e nem no coletivo as pessoas se perdem em avaliações e negócios.

A afirmação 32 também foi selecionada como discordante pelo grupo 4.1, ambos não concordam que as pessoas tendem a culpar todos os problemas e reveses acontecidos porque estão na forma coletiva e que estando individualmente poderia se julgar e se avaliar mais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou através da metodologia Q, as percepções, motivações e a experiência sobre o modelo coletivo e individual de exploração da terra, de agricultores familiares, assentados pela reforma agrária que praticam tanto a ocupação da terra e o modo de trabalho coletivizado e estabelecido por meio de uma cooperativa, como dos assentados que desistiram deste modelo levando consigo seu lote e que passaram a trabalhar individualmente.

Além de se buscar conhecer essas percepções dos assentados, trazendo a subjetividade destes pela experiência acumulada sobre os modelos coletivos e individuais, procurou-se fazer uma caracterização do assentamento pesquisado, o Assentamento 30 de Maio, na cidade de Charqueadas – RS, que engloba os assentados coletivos, sócios da COPAC e os assentados que abandonaram a cooperativa, atualmente com lotes individuais.

Os resultados das afirmações da amostra de 40 entrevistados, divididos entre 20 produtores que estão no modelo coletivo e outros 20 que se tornaram individuais, após análise estatística fatorial, apresentou 5 fatores transformadas em 5 grupos, que também poderiam ser subdivididos em dois grupos, conforme a experiência dos entrevistados, um totalmente favorável ao estabelecimento em assentamentos de forma individual e outro favorável ao trabalho coletivo, sendo que uma parcela destes apresenta críticas e ressalvas ao mesmo modelo.

O grupo 1 e o 2 selecionaram as mesmas afirmações, porém consideraram-na de forma diferenciada, todas afirmações selecionadas pelos dois grupos são completamente inversas sobre as que consideram ou desconsideram como importantes.

Os grupos selecionados apresentaram uma coerência entre as afirmações selecionadas sobre o que mais concordam ou menos concordam, ou seja, com as ações praticadas pelo grupo 1 e 2. O grupo 1 representado na sua quase totalidade pelos que optaram por desistir do coletivo e trabalhar individualmente selecionou todas afirmações que foram favoráveis ao modelo individual e desfavoráveis ao modelo coletivo, pensam desta forma e agiram assim se retirando do coletivismo. A

técnica permitiu emergir dentre as várias opções de afirmações àquelas que mais se encaixavam no seu modo de sentir e repelindo as que discordaram, podendo reunir em grupos afins e fazer uma divisão no campo da subjetividade.

Uma única pessoa que ainda está no coletivo apresentou as mesmas características do fator do grupo dos que saíram e foram trabalhar individualmente, evidenciando uma insatisfação com o modelo que ainda está, e indicando uma possível tendência de se retirar da cooperativa futuramente.

O contato e as entrevistas realizadas com estes assentados hoje individuais evidenciou que para muitos destes, a experiência passada no coletivo foi um engano, se pudessem voltar no tempo, ao receberem seus lotes exigiriam glebas e créditos públicos a serem desenvolvidos individualmente. Para eles sua situação financeira atual estaria bem melhor possuindo mais equipamentos e mais capitalizados. Constatou-se que há uma preocupação grande dos mesmos com o futuro, com a família, os filhos, isto influenciando também na decisão de serem individuais, buscando a propriedade da família, ter o seu espaço. Em outros, se percebeu uma pequena simpatia pelo modo coletivo de se trabalhar, porém uma desconfiança, enquanto eram um grupo em relação a outros indivíduos que ainda estão no coletivo, principalmente em questões monetárias, também se constituiu em grande mágoa julgarem que deveriam agregar mais recursos da COPAC durante sua saída do grupo.

As afirmações deste grupo 1 também evidenciaram que no processo de sua retirada, sua preferência era que a COPAC que ajudaram a estruturar poderia permitir a produção individual, estes também como construtores desta gostariam que houvesse uma mudança desta na administração e com produção individual.

No campo das hipóteses e especulações sobre se tivessem agido diferente do que foi feito no passado, seria um pouco difícil se averiguar se no passado tivessem tomado outra decisão e rumo quanto ao lote, se realmente corresponderia à realidade atual esperada no presente que estariam mais bem estruturados.

Em oposição os outros 4 grupos formados na metodologia Q são favoráveis ao modelo coletivo de produção vigente. O grupo 2 contando somente com indivíduos que estão no coletivo, pelas afirmações colhidas, é o mais entusiasta de

se trabalhar coletivamente e não demonstrando insatisfação pela forma que o coletivo está organizado ou gerido. Estes estão felizes e satisfeitos pelo que consideram que conseguiram conquistar e possuindo uma identidade coletiva comum.

Observou-se que os grupos 1 e 2 possuem forte antagonismo na forma de pensar, se o 1 hoje é a forma de se pensar individual o grupo 2 é a própria COPAC do jeito como está estruturada atualmente.

Os outros 3 grupos que Q fez emergir(3, 4.1 e 4.2) são favoráveis ao coletivo, todos eles consideram que a COPAC deve permanecer com a mesma forma de administração e produção coletiva, e que esta apresenta vantagens e qualidades, porém em seu pensamento também emergem ressalvas e críticas. Somente um assentado individual caiu neste fator e o restante trabalha coletivamente.

Foi constatado tanto no contato pessoal em conversas, como nas afirmações selecionadas por Q, que na COPAC existem insatisfações internas entre associados.

A pesquisa evidenciou colocações que poderiam ser mais bem discutidas entre os mesmos, os pontos que mais se destacaram neste sentido foram: sobre uma falta de solidariedade maior ou consciência que há entre seus membros, reclamando estes que há um certo esquecimento, ou um “desprestígio” de alguns membros da direção para outros sócios e que por vezes assim se sentem; Sobre uma centralização na administração ou em decisões, que para estes muitas vezes não significa que outros não possuam interesse por estas questões, mas se sentem que não é dada uma devida oportunidade com mais respeito, e assim outros gostariam de aprender mais; Uma crítica sobre o estatuto vigente sobre alguns itens que poderiam ser modificados ou levados mais em consideração; Sobre o processo de decisões onde alguns consideraram que muitas vezes ocorrem processos de induções, uma influência de uns sobre outros, que desagrada alguns que não enxergam isto como uma situação democrática. A construção democrática no coletivo foi considerada como “mais desafiadora”, esta deve ser sempre cuidadosamente construída e levada em conta, não no sentido que não exista democracia no assentamento, mas que este modo de proceder é sempre um caminho espinhoso que pode muito facilmente melindrar as pessoas mesmo com as

maneiras mais sutis, já que existem aquelas que facilmente se sensibilizam, talvez muitas vezes não significa a melhor forma de se proceder somente pelo que a maioria decidir, mas que muitas vezes, mesmo uma minoria tendo sua opinião desconsiderada, esta opinião se não vai de encontro com o que a maioria quer, estes devem ser muitos considerados e respeitados, não se enxergando como uma luta entre perdedores e vencedores, nem uma conversão forçada de idéias, mas um profundo respeito pela opinião contrária e se procurar formas de se contemplar “os perdedores”, afinal todos perdem quando há cisões dentro de um grupo; E por fim a crítica sobre a forma de remuneração em horas trabalhadas, mais especificamente sobre uma ausência de um incentivo a produtividade individual.

Esta crítica ao sistema de remuneração provavelmente é um dos maiores impasses que a COPAC enfrenta internamente, talvez até de outras CPAs que aqui não foram pesquisadas, mas este é um assunto que nas conversas informais com ex-socios alguns a colocam como um dos motivos de se preferir trabalhar individualmente, porém na pesquisa está foi destacada por 2 grupos que estão no coletivo que a colocam como um assunto a ser melhor debatido e construído internamente.

O Assentamento 30 de Maio, em Charqueadas apresentou um ganho de qualidade e muitas conquistas para os assentados dos dois modelos vigentes. Os assentados individuais que começaram praticamente do zero evidenciaram uma evolução, este grupo se reestruturou com seus integrantes evidenciando no geral uma qualidade vida equivalente aos que estão no coletivo, seja em suas moradias, nas atividades produtivas que estão desenvolvendo, como no fato dos filhos poderem estar estudando. Consideram que se não tem o patrimônio dos que estão na COPAC, pelo menos suas vidas estão melhores por estarem satisfeitos trabalhando em seus lotes da maneira que consideram melhor. Os que estão no coletivo, pelo fato de juntarem suas forças, angariaram ao longo dos anos um considerável patrimônio que individualmente não conseguiriam amealhar, podendo diversificar a produção e fazer um ciclo completo, desde a produção no campo até a comercialização de seus produtos com o estabelecimento de um supermercado de porte médio.

Foi observado que no coletivo por apresentar um maior número de sócios e interesses englobando decisões conjuntas, este é um outro caminho diferente da maioria dos assentamentos brasileiros, este possui uma trajetória em construção e de mais difícil estabelecimento em uma sociedade pouco acostumada com estratégias e atitudes coletivas para o seu engrandecimento como um todo, talvez fruto do passado de mais de 20 anos de ditadura, que ainda tem muito que aprender sobre democracia.

Q ao longo desta pesquisa permitiu emergir as opiniões e motivações reunindo grupos afins por sua concordância ou discordância em um assunto muito polêmico, na reforma agrária sobre preferências no modo de produção. É uma técnica ainda pouco difundida que permite contemplar e analisar a subjetividade humana e nesta pesquisa permitiu contemplar insatisfações dentro do grupo coletivo possibilitando que os próprios assentados se questionassem mais e trouxessem críticas dentro de si sobre as situações.

Ao tornar possível emergir representações sociais como crenças, valores e normas que influenciam o pensamento e as condutas existentes em relação ao funcionamento da cooperativa, Q é uma técnica que permite avaliar de uma maneira sutil, descobrindo aspectos difíceis de registrar com técnicas convencionais (como as entrevistas com perguntas fechadas).

É possível que o modelo da COPAC nos tenha demonstrado que o modelo adotado e fortalecido através do esforço coletivo, mesmo com todos problemas e defecções de indivíduos existentes, deva ser mais estudado e explorado não como um modelo único a ser seguido e mais difundido, mas que talvez possa ser mais bem aperfeiçoado e possa contribuir de alguma forma para uma reforma agrária eficaz no seio de nossa sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBERG, M. **The evaluation of international development programs: A view from the front.** American Journal of Evaluation, 21 (1), 2000, p. 95- 102.

BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural.** Viçosa: UFV, 1994. 715p.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira e Norder ; CABELLO, Luiz Antonio. **O que são assentamentos rurais.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BLOOM, B. S., MESIA B. B., y KRATHWOHL, D. R. **Taxonomy of Educational Objectives** (two vols: The Affective Domain & The Cognitive Domain). New York, 1964.

BRASIL, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Brasília: MIRAD/INCRA, 1964.

BROWN, S. R. **Political subjectivity: Applications of Q methodology in political science.** New Haven, CT: Yale University Press, 1980.

BONAMIGO, Carlos Antônio. **Pra mim foi uma escola... o princípio do trabalho educativo do trabalho cooperativo.** Passo Fundo: UPF, 2002.

CAMPBELL, Ulisses. Sem terra e sem título de posse. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 abr. 2003.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL - CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola N. S. São Paulo, jun. 1998.

FREIRE P. **O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira.** Porto Alegre, 2005.

GEDIEL, J. A. (Org.). **Os caminhos do cooperativismo.** Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

HEGEDÛS, P. **Metodologia Q.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mauriciosantalucia@hotmail.com. Em 26 de abril de 2005.

HEGEDÛS, P.; MORALES, H. **Algunas consideraciones sobre el enfoque sistémico y su importancia para la extensión.** Extensão Rural, DEAER/CPGExR, CCR, UFSM, Ano III, Jan-Dez, 1996, p. 61-70.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos da reforma agrária no Brasil. v. 4, Brasília, abr. 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Percentuais e causas da evasão nos assentamentos rurais. v. 9, Brasília, 2001.

LAGO, A. **Avaliação sobre as causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma, RS, Brasil.** 2004. 95f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

LENZ, M. M. **Conflito de identidade dos assentados de reforma agrária do MST?** Ed. São Leopoldo: Unisinos, 2002. p.5-35 (Revista Perspectiva econômica, vol.37, Série Cooperativismo 51)

MELGAREJO, L. **Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em assentamento de reforma agrária, no Rio Grande do Sul.** 2000. 496f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural. **Cooperativismo.** Brasília, 1998.

NIREMBERG, O.; BRAWERMAN, J.; RUIZ, V. **Evaluar para la transformación: Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales.** Buenos Aires: Paidós, 2000, 224 p.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. **The monitoring and evaluation of empowerment.** A resource document. Oxford, UK: INTRAC, 2000, 69 p.

OSAVA, Mário. Ressurge o clamor dos sem-terra. **Jornal da Cidade**, Bauru, 9 jul. 2003.

QUIJANDRIA, B.; MONARES A.; UGARTE P. M. R. **Hacia una región sin pobres rurales**. FIDA, División de América Latina y el Caribe. Santiago, Chile: Lom Ediciones, 2000, 143 p.

REFORMAS procuram evitar efeitos da desagregação do campesinato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2003.

ROESE, M. A metodologia do estudo de caso. In: Baeta Neves, C.E.& Corrêa, M.B. (Org.) **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Cadernos de Sociologia/Programa de pós-graduação em sociologia, Porto Alegre. V.9, 1998.

RUSS-EFT, D.; PRESKILL, H. **Evaluation in organizations. a systematic approach to enhancing learning, performance and change**. Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing, 2001.

SANTALUCIA, Mauricio. **Cooperativismo e assentamentos rurais na perspectiva da posse e do uso coletivo da terra: o caso da COPAVI**. Dissertação de especialização. UnB-CDS. Brasília, DF. 2003.

SANT'ANNA, Lourival. Por que os assentados vendem seus lotes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 19 ago. 2003.

SILVA, J. Gomes da. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, José Luís P. L. Conceição. **Uma nova metodologia de assentamentos em reforma agrária**. Brasília, 1987.

SILVA, José Luís P. L. Conceição ; MAGALHÃES, Fernando. **Decálogo da reforma agrária**. Brasília, jan. 2003.

SILVEIRA, C. B. da. **Organizações e a “lei de ferro das oligarquias”:** um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. 190f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:<<http://www.ufrgs/pgdr>>. Acesso em: 20 fev. 2006.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Editora e Gráfica, 2003.

STEPHENSON, W. **The study of behavior: Q technique and its methodology.** Chicago: The University of Chicago Press, 1953.

STEPHENSON, W. **Independency and operationism in Q-sorting.** *Psychological Record*. V. 13, 1963. p.269-272.

VELA, H. A. G. O sistema cooperativado dos assentados: primeiros resultados de um processo. **Extensão Rural – Revista do DEAER.** DEAER – UFSM, nº 2, jan. - dez. 1994.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods.** Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989.

Yin, R. K. **The case study method as a tool for doing evaluation.** *Current Sociology*, 40 (1), 1992, p.121 – 137.

ZANBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Cooperação agrícola:** melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992. 136p.

Internet:

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/concrab/concrab>>. Acesso em abr. 2003.

Jornal João do Barro. nº 284, set. 2004. Disponível em: <<http://www.apcefrs.com.br>>. Acesso em abr. 2006.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em abr. 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada com informantes qualificados

- a. Qual Opinião que possui sobre o associativismo p/ o Desenvolvimento Rural?

- b. Tem conhecimento que existem assentamentos coletivos ou individuais, está familiarizado com estas modalidades?

- c. Opinião geral que possui sobre assentamentos coletivos ou individuais;

- d. Qual a melhor modalidade? Coletivo ou individual? Por que?

- e. Segundos dados a maioria dos assentados prefere ser assentado e trabalhar de forma individual em relação a forma de trabalhar e assentamento coletivo da terra. Por que preferem o individual? Qual sua opinião?

- f. Porque assentados de forma coletiva, tendo a opção de ter lotes individuais se associam e vão trabalhar coletivamente?

- g. Julga que nestas pessoas que trabalham coletivamente há ideais, ideologias, consciência que prevalecem ou é mais p/ resolver problemas como econômicos e dificuldades de se trabalhar com atividades rurais?

- h. Neste agrupamento coletivo, a propriedade, o trabalho e a produção é o mesmo p/ todos que ali estão? E a repartição dos frutos do trabalho, colheita, lucros é igualitária, é o mesmo p/ todos?

- i. Como julga a gestão nos assentamentos coletivos, quanto a tomada de decisões, responsabilidades (é igualitária, mútua, democrática, todos tem voz ativa, opiniões?) Quanto a deveres e direitos. Como é a hierarquia?

j. O que falta ou quais atitudes que poderiam ser tomadas em um grupo coletivo p/ que resulte em estímulo ou melhora p/ um trabalho em grupo?

k. A quem pertence ou deveria pertencer a terra?

APÊNDICE B – Afirmações apresentadas aos entrevistados para classificação em grade

<p>1 Coletivo é mais orientação do MST do que consciência de produtores que esta é estratégia para problemas, e aderem por bandeira política importante de participar;</p>	<p>8 Pessoas se agrupam em função do econômico, julgavam que ganhariam mais dinheiro com grupos coletivos;</p>	<p>15 No coletivo algumas tarefas não são bem feitas, pessoas dão mais importância às horas contadas do que o resultado da tarefa. No individual há mais interesse em terminar tarefas;</p>
<p>2 Assentados se apóiam em dois fundamentos: solidariedade cristã, aproximação de igualdade perante Deus e visão econômica que produtividade pode crescer no coletivo;</p>	<p>9 - O coletivo tem um painel, uma fachada muito boa, mas às vezes é só um painel e o resto por trás é um pessoal esquecido num canto;</p>	<p>16 No coletivo, construção democrática e regimento sólido exigem mais desafios. Desavenças e falta de regimento são fatores para saída de pessoas;</p>
<p>3- Remuneração em horas fez pessoas se fecharem esquecendo de viver solidariedade, visitas, afastamento da comunidade. Poderia haver mais companheirismo e lazer;</p>	<p>10- Não se deve usar argumento que cooperativas são tecnicamente superiores para induzir sua adoção, pode acontecer de ter a cooperativa ser pior do que se ela não existisse;</p>	<p>17 -Decisões às vezes são processos de indução com influências e afinidades pessoais. Uma proposta pode derrotar a melhor por falta de informação, ou convencimento;</p>
<p>4- Procuram individual pela educação recebida com antepassados, que tenho que ter minha terra, resolver meus problemas e individualmente tem mais condições de prosperar;</p>	<p>11 Famílias vão para o coletivo para melhorar qualidade de vida, equacionar problemas e enfrentar dificuldades do trabalho no meio rural;</p>	<p>18- O coletivo tem melhor qualidade de vida, pode-se tirar férias durante período do ano, no individual têm que pedir a vizinho ou parente que olhe seu lote;</p>
<p>5- Foram para os coletivos julgando que teriam mais acesso a recursos públicos, o que não sendo averiguado trouxe frustrações desfazendo situações coletivas;</p>	<p>12 Cooperativas receberam mais recursos e atenção do Estado para pessoas continuarem cooperativadas, atitude questionável por diferenciar direitos aos individuais;</p>	<p>19 O coletivo sabe reconhecer limitações, doenças e diferenças na produtividade do trabalho, procurando resguardar e oferecer condições mínimas para esse integrante;</p>

6 Não há interesse de desenvolver assentamentos, o coletivo é forma de resistência, de continuar no campo, já que sozinho é difícil recursos para desenvolver atividades;	13 Alguns sócios não saem porque não levarão nada em função do estatuto assinado, ao saírem perdem direitos a estrutura das CPAs que ele ajudou a construir;	20 trabalhando seu lote têm individualidade preservada, ficando mais à vontade, livre para planejar seu tempo e produzir, trabalhando de noite ou outros horários;
7- O coletivo é revolução cultural, ao transformar o meu pelo nosso incentiva novos valores e relações, se tornando mais solidárias, elevando grau de consciência;	14 Assentamentos mais bem sucedidos do ponto-de-vista econômico, inserção de produtos, renda familiar e qualidade das famílias são os coletivos;	21- Agrovilas permitem convivência, crianças convivem e podem adquirir nova mentalidade coletiva diferente da mentalidade dos individuais;

22 Quem vai para o coletivo quer mudanças, tentar construir nova sociedade ou apresentar formas diferentes de trabalhar, viver;	29 No individual a família aprende e atua mais, tendo que administrar diretamente, no coletivo os que não participam da administração, se perdem em avaliações e negócios;	36 Há centralização de decisões em grupo reduzido porque maioria não quer fazer determinadas tarefas ou aprender mais sobre administração;
23 -No coletivo procura-se criar condições para que pessoas participem e possam entender as reuniões e assembléias;	30- Se o individual possui os mesmos meios de produção e equipamentos que no coletivo ele produz mais;	37 Coletivos permitem soma de esforços e recursos, compra de maquinários que superam investimentos individuais e aumento de produção, lucro e diversificação;
24- No coletivo, não há cuidado, nem serviço diferenciado com pessoas de idade, aposentadas, de dar mais valor para esses;	31-No coletivo é realizada administração de custos, produção, controles em geral, práticas não feitas nos individuais;	38 Produtores não estavam capacitados para gerenciar organizações complexas e grandes somas em dinheiro, mais difícil de gerenciar que recursos em família;
25 Há pessoas que trabalham mais do que outros pela mesma hora, por isso é difícil dizer que a repartição do trabalho é justa;	32 – No individual se tem revés na produção, não atribui a forma coletiva nem critica outro, ela se auto-avalia e conclui que o responsável pode ter sido ele mesmo;	39 É mais natural fazer a gestão na unidade básica familiar, a propriedade da família, ter seu espaço criar seus animais, ter sua horta;

<p>26- Pessoas cada vez mais fogem do coletivo, espaço que tem que conviver com outros que não conhecem e se submeter a controles e preceitos políticos;</p>	<p>33 -Existe um estágio de maturação, quando certas famílias se sentem fortes para exercer domínio individual sobre seu lote, pedem para se afastar do coletivo;</p>	<p>40 Apresentam relatórios, notas para dizer que está certo, você não sabe se é verdade, não há tempo para discutir, tem que aprovar;</p>
<p>27 -Todos livremente querem produzir individualmente, e usam estratégias coletivas ao perceber que individualmente não pode resolver problemas na unidade familiar;</p>	<p>34 Pessoas que influenciam decisões do coletivo é porque seu ponto-de-vista foi interpretado como mais adequado, processo normal democraticamente válido;</p>	<p>41- CPAs beneficiam poucos, impedem que outros façam parte ou contribuam, além do processo de produção, deve-se repensá-la com outra forma de administração e produção individual;</p>
<p>28 -Existe propaganda que os coletivos não deram certo e influenciam as pessoas a trabalharem individualmente;</p>	<p>35 No atual modelo econômico trabalhar individual é complicado. Já trabalhei e não resolvíamos problemas. Agora com mais dignidade temos organização a qual lutamos pelo melhor;</p>	

APÊNDICE D – Caracterização do entrevistado

Identificação do assentado _____ N° entrevista _____

Idade _____ Sexo: Masc Fem Estado civil: Solteiro Casado separado

Escolaridade: _____

Assentado: Coletivo Individual Ano de ida para individual _____ 1º geração assentados 2º geração assentados

Número de pessoas que moram na residência: _____

Número de pessoas que residem que trabalham na produção: _____

Há renda gerada fora da produção, benefícios governamentais, empregado? Qual atividade? _____

Renda mensal dos que trabalham na produção: _____

Tamanho do lote em ha: _____

Atividades produzidas: _____

Participa de alguma associação, cooperativa? _____

Autorizo a utilização dos dados na dissertação: Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra, estudo de caso mediante metodologia Q, pelo mestrando Mauricio Santalucia do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do Dr. Pedro de Hegedus.

Charqueadas, _____ de Fevereiro de 2006.
